

Fortalecendo nossa território de vida:

Um guia de comunidades para comunidades

Foto : © Jacob-Balzani-Lööv



O Consórcio
TICCA

Índice

INTRODUÇÃO - Fortalecendo nosso território de vida: um guia de comunidades para comunidades	3
Sobre este guia	4
Autofortalecimento do território de vida Kawawana.....	5
REFLETIR	10
Um 'território de vida'? Perguntas para discussão na comunidade.....	11
Explore alguns territórios de vida	12
Planejando o autofortalecimento? Perguntas para discussão na comunidade.....	13
DOCUMENTAR	14
O que nós já sabemos? Perguntas para discussão na comunidade.....	15
Documentando um território de vida: Perguntas para discussão na comunidade	17
O modelo do Consórcio TICCA para documentar um território de vida e outras ferramentas úteis.....	17
Veja como os outros fazem!	19
COMPREENDER	26
Compreender a resiliência e a segurança de um território de vida: Uma ferramenta dedicada.....	26
Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças: Perguntas para discussão na comunidade	27
Governando um território de vida: Perguntas para discussão na comunidade.....	28
Gerenciando um território de vida: Perguntas para discussão na comunidade	30
VISÃO E CELEBRAÇÃO.....	32
Reconhecendo-se como guardiã de um território de vida: Perguntas para discussão na comunidade	33
Visualizando o futuro desejado do território de vida: Perguntas para discussão na comunidade	34
Celebrando o compromisso com o território de vida: Perguntas para discussão na comunidade.....	34
Veja como os outros fazem!	36
AGIR E COMUNICAR	38
Planejar e agir: Perguntas para discussão na comunidade	39
Veja como os outros fazem!	40
Comunique-se de forma estratégica: Perguntas para discussão na comunidade	42
Veja como os outros fazem!.....	43
AGIR COM OS OUTROS	46
Estabelecendo um relacionamento em rede para territórios de vida: Opções e perguntas para discussão na comunidade	47
Estabelecendo relacionamentos em rede: Veja como os outros fazem!	48
Registrando Territórios de Vida: Perguntas para discussão na comunidade	52
Revisão por pares: veja como os outros fazem!	53
REVISAR E RENOVAR	59
Lidando com mudanças na resiliência e segurança ao longo do tempo: Perguntas para discussão na comunidade.....	59
Revisando o impacto das ações de fortalecimento: Perguntas para discussão na comunidade	60
O fim é apenas um novo começo	61



INTRODUÇÃO

Fortalecendo nosso território de vida: um guia de comunidades para comunidades

Você está convidado a embarcar em uma jornada de autofortalecimento, um processo de reflexão, discussão e ação que você pode definir e moldar de acordo com suas necessidades e as aspirações de sua comunidade.

O processo consiste em 7 elementos de autofortalecimento, cada um com perguntas, ferramentas e exemplos para fins de orientação. Os elementos não precisam ser seguidos na ordem em que estão e podem ser realizados e adaptados de uma forma que seja adequada ao seu contexto, conforme determinado pela sua comunidade.



O principal método para o processo de autofortalecimento são as "discussões de base comunitária". Faça o download de lembretes para a equipe facilitadora [aqui](#).



O espaço Significados e Recursos inclui uma ilustração de conceitos-chave, sugestões para facilitadores e métodos e ferramentas adicionais: toolbox.iccaconsortium.org



A experiência pioneira do território de vida **Kawawana** inspirou o desenvolvimento deste Guia. Para ler mais sobre isso, clique [aqui](#)!



Saiba mais sobre os territórios de vida e o Consórcio TICCA neste [vídeo](#).



Sobre este guia

Este guia é baseado nas experiências de campo dos membros honorários e demais membros do Consórcio TICCA. Um outro documento produzido anteriormente pelo Consórcio TICCA em três idiomas foi publicado em 2017 (disponível em pdf [aqui](#)). A presente versão incorporou comentários e lições aprendidas desde então. Ela deve ser citada da seguinte forma:

Borrini-Feyerabend, G., J. Campese, e T. Niederberger (eds). *Fortalecendo nosso território de vida: um guia de comunidades para comunidades*. Versão online: ssprocess.iccaconsortium.org. O Consórcio TICCA, 2021.

Seus comentários e sugestões são muito bem-vindos! Envie-os para documenting@iccaconsortium.org e [gbfilter@gmail.com](mailto:gbfILTER@gmail.com).

ISBN 978-2-9701386-2-4

Os editores gostariam de agradecer aos diversos colegas do Consórcio TICCA que generosamente forneceram informações e conselhos na elaboração deste trabalho. Eles gostariam de agradecer especialmente as seguintes pessoas: Carolina Amaya, Ghaniyat Azhdari, Albert Chan Dzul, Christian Chatelain, Colleen Corrigan, Emma Courtine, Sergio Couto, Tiphaine Dalmas, Dave de Vera, Singay Dorji, Cristina Eghenter, Taghi M. Farvar, Marc Foggin, Delfin Ganapin, Felipe Gomez, Hugh Govan, Terence Hay-Edie, Jeremy Ironside, Joseph Itongwa, Sudeep Jana Thing, Holly Jonas, Alexis Kaboré, Bassima Katib, Ashish Kothari, Emma Lee, Paola Maldonado Tobar, Carmen Miranda Larrea, Briana Okuno, Casper Palmano, Neema Pathak Broome, Femy Pinto, Aili Pyhâla, Lucas Quintupuray, Jailab Rai, Ali Razmkhah, Vololona Rasoarimanana, Vanessa Reid, Salatou Sambou, Sutej Hugu, Marc Tognotti, Paul Sein Twa, Makko Sinandei, Aman Singh, Emmanuel Sulle, Glaiza Tabanao, Zelealem Tefera Ashenafi, Ehhteeh Wah, Kasmita Widodo e Yingyi Zhang.

Design gráfico: Ines Hirata

Design web: Jake McMurchie

Agradecimentos: Agradecimentos: Este guia e o trabalho relacionado por meio do qual o guia foi desenvolvido foram financiados pela Iniciativa de Apoio Global para TICCA (GSI), The Christensen Fund e a Sida, através da SwedBio no Stockholm Resilience Center. O Consórcio TICCA agradece calorosamente a esses parceiros financiadores cujo apoio e confiança foram fundamentais para a conclusão desse trabalho.

O ICCA-GSI é uma iniciativa envolvendo diversos parceiros que é materializada através do Programa de Pequenas Subvenções (ou SGP, na sigla em inglês) da Facilidade Ambiental Global (ou GEF, na sigla em inglês), sendo implementada pelo PNUD e financiada pelo Governo da Alemanha, por meio de seu Ministério Federal para o Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU). Os principais parceiros incluem o Centro de Monitoramento da Conservação Mundial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP WCMC, na sigla em inglês), o Programa Global de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN GPAP, na sigla em inglês), o ConsórcioTICCA e o Secretariado da Convenção da Diversidade Biológica (CDB, na sigla em inglês).

Direitos Autorais: Creative Commons ([CC BY-NC-SA](#)), O Consórcio TICCA 2021

A reprodução desta publicação para fins educacionais ou outros fins não comerciais é autorizada sem a permissão prévia por escrito do detentor dos direitos autorais, contanto que a fonte seja totalmente mencionada. A reprodução desta publicação para revenda ou outros fins comerciais é proibida sem a permissão prévia por escrito do detentor dos direitos autorais.



Autofortalecimento do território de vida Kawawana



A evolução dessa orientação começou há mais de uma década: os guardiões do território de vida Kawawana no Senegal estavam enfrentando grandes ameaças ao seu território e aos meios de subsistência da comunidade. Eles entenderam que, para enfrentar essas ameaças, o seu "território de vida" era essencial e precisava ser restaurado. Para isso, as suas regras tradicionais de acesso e uso dos recursos naturais, integradas a novos entendimentos e ferramentas, também precisavam ser mais bem reconhecidas e respeitadas. E foi exatamente isso que eles conseguiram! Como eles fizeram isso? Eles se engajaram em um processo de reflexão, discussão e ação: um "processo de autofortalecimento".

Os guardiões do território de vida Kawawana começaram seu processo de autofortalecimento no final de 2008. Sua história ilustra o poder desse tipo de processo e fornece um exemplo de como ele pode ser abordado.

O processo de autofortalecimento começou no final de 2008, quando o termo Kawawana ainda não existia e o território estuarino local estava em um péssimo estado. Em uma reunião inicial entre líderes do município rural de Mangagoulack, representantes da organização local de pescadores e visitantes do Consórcio TICCA, as circunstâncias difíceis foram discutidas. Eles concordaram que seu território precisava ser restaurado para trazer de volta um meio de vida decente para a comunidade. Na visão deles, isso só poderia ser feito se a comunidade conseguisse restabelecer suas regras tradicionais de acesso e uso dos recursos naturais. As regras tradicionais acabariam com o saque de recursos naturais que acontecia sob seus olhos, por qualquer pessoa capaz de pescar, cortar ou coletar qualquer coisa em seu território. Para isso, porém, foi necessário o respaldo e apoio do governo. Todos sabiam que um líder de uma comunidade vizinha havia sido mandado para a prisão por ter tentado sozinho exigir o cumprimento das regras locais de pesca. Eles ficaram assustados com isso e não conseguiam vislumbrar uma solução para o dilema.



Você pode ler mais sobre o contexto, realizações e situação atual da Kawawana [aqui](#).

Após obter a aprovação de todos os participantes da reunião inicial, os visitantes do Consórcio TICCA puderam obter rapidamente recursos para apoiar o **processo de autofortalecimento da comunidade**. No início de 2009, eles começaram com um conjunto de **reuniões intensivas de três semanas entre 150 representantes das oito aldeias que compõem a comunidade**. As reuniões foram realizadas como sendo **discussões relativamente informais, mas altamente focadas**, com as pessoas examinando sua situação, imaginando o que desejavam alcançar e planejando o que fazer. O processo foi apoiado por uma equipe de três consultores externos, incluindo um biólogo pesqueiro, um agroeconomista e um especialista em governança e facilitador geral do processo.



TERRITÓRIO DE VIDA KAWAWANA

No início, um grupo de mais de vinte pescadores experientes e respeitados das oito aldeias se reuniu para analisar a situação atual e histórica da pesca local, e identificou e descreveu as tendências na diversidade e tamanho dos peixes que pescavam. Então, um grupo muito mais amplo de representantes da aldeia se juntou e conversou com os pescadores. Juntos, eles recordaram a **história** de sua comunidade, suas profundas e múltiplas **conexões culturais e espirituais** com seu território (a cultura Djola é tão complexa e rica quanto se pode imaginar) e sua atual situação ecológica e socioeconômica compartilhada. O grupo maior foi então acompanhado para **identificar o futuro desejado, ou o que eles queriam dizer quando disseram que querem uma “boa vida” (Bourong Badiaké)**. O que se verificou foi que isso significava paz, solidariedade comunitária, prosperidade, uma alimentação melhor para todos, um fim no êxodo urbano e um meio-ambiente local saudável e produtivo. Por tudo isso, eles reconheceram que nosso território de vida - que eles chamaram de Kawawana ou “*nossa patrimônia natural coletivo a ser conservado por todos nós*” - era essencial. Por meio de **discussões e análises**, todos concordaram que precisavam **restaurar seu Kawawana** por meio do reconhecimento **e respeito às suas regras tradicionais** (de forma integrada com ferramentas modernas para monitoramento biológico). Em última instância, eles acreditavam que este era o fator mais importante para trazer todos os resultados de uma vida boa que desejavam alcançar. **Essa constatação foi um momento muito poderoso para todos os envolvidos.**

Por tudo isso, eles reconheceram que nosso território de vida - que eles chamaram de Kawawana ou “*nossa patrimônia natural coletivo a ser conservado por todos nós*” - era essencial.



Foto: © Grazi Bonini-Feyerabend

Enquanto essas discussões ocorriam, o grupo inicial de pescadores também estava recebendo **treinamento em monitoramento biológico** e foi criado outro grupo chamado Kaninguoor para discutir quais indicadores revelariam a mudança desejada em direção à **“vida boa” (Bourong Badiaké)** e como esses indicadores podem ser avaliados. Duas equipes dedicadas (um grupo de monitoramento de pesca e o grupo Kaninguoor) concordaram em continuar medindo e avaliando seus conjuntos de indicadores escolhidos, rastreando se eles iriam se aproximar da mudança desejada / esperada, e verificando se e quando suas regras tradicionais deveriam ser reestabelecidas.

Em seguida, os representantes planejaram juntos o que precisavam fazer. Mais fundamentalmente, eles precisavam de reconhecimento formal e respeito por seus conhecimentos e regras locais em relação ao acesso aos (e uso dos) recursos naturais. Para isso, eles decidiram **estabelecer Kawawana como sua “área de conservação comunitária”** e se esforçaram para que ela fosse formalmente reconhecida.



TERRITÓRIO DE VIDA KAWAWANA

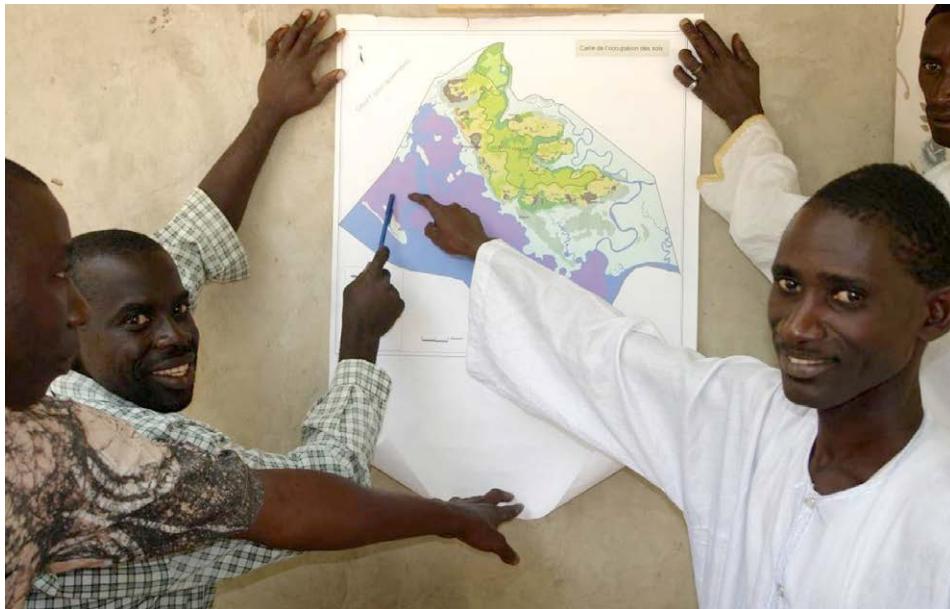


Foto: © Graza Bottini-Feyerabend

As informações recebidas do ConsórcioTICCA apresentaram para a comunidade algumas bases legais e políticas nacionais e internacionais que poderiam permitir o reconhecimento de sua área conservada. Essas leis e políticas incluíam a Lei de Descentralização do Senegal, bem como o status do país como Parte na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB, na sigla em inglês), que recomenda o apoio à conservação baseada na comunidade. Essas informações foram cruciais e deram à comunidade a confiança necessária para agir. Os 150 representantes aproveitaram seu tempo juntos para **desenvolver e chegar a um acordo sobre um plano de manejo para sua área comunitária conservada** (incluindo diferentes zonas, regras, sinalização, vigilância e penalidades por infração); **uma estrutura de governança** (com vários papéis para diferentes instituições); **um sistema de monitoramento** dos resultados de governança e gestão; **um plano de divulgação**; e **iniciativas complementares** para melhorar os meios de subsistência, apoiar as atividades das mulheres, identificar aliados e parceiros em vários níveis e buscar o reconhecimento formal da área comunitária conservada.

Nos dezoito meses que se seguiram, tudo o que havia sido planejado foi de fato implementado. O fator crucial foi o **trabalho incansável** de **alguns líderes** que **agiram como diplomatas da comunidade**, com inteligência e determinação e apoiados por um forte apoio da comunidade. Após o reconhecimento formal pelo município rural de Mangagoulack em 2009, o paciente trabalho de apoio e compartilhamento de informações continuou por muitos meses com os departamentos de pesca e silvicultura e muitos outros. Finalmente, no entanto, em março e junho de 2010, Kawawana obteve **certificados de reconhecimento formal do Conselho Regional e do Governador da Região de Casamance**. Este foi o reconhecimento mais completo e formal que eles poderiam ter imaginado obter! A comunidade comemorou esse resultado com seriedade, começando com as senhoras mais velhas e mais sábias, que criaram objetos específicos para sinalizar as diversas zonas e regras de pesca. Em seguida, os homens montaram postes e painéis para marcar as mesmas zonas, com descrições específicas das regras de pesca.

Finalmente, no entanto, em março e junho de 2010, Kawawana obteve certificados de reconhecimento formal por parte do Conselho Regional e do Governador da Região de Casamance. Este foi o reconhecimento mais completo e formal que eles poderiam ter imaginado obter!



TERRITÓRIO DE VIDA KAWAWANA

E, finalmente, todos na comunidade que puderam comparecer ao **grande evento/celebração**, onde autoridades e parceiros vieram declarar o início formal da vigência das regras de Kawawana. O evento teve discursos, comidas, música e comemorações de forma geral.

Enquanto buscava reconhecimento oficial, a comunidade também buscava apoio para implementar seu plano de manejo. Quando as regras de manejo foram formalmente adotadas, elas puderam ser prontamente cumpridas com a ajuda de um pequeno barco e motor e um equipamento complementar fornecido com a ajuda de uma Fundação local (FIBA). A vigilância do cumprimento das regras nem sempre foi fácil e algumas situações de conflito surgiram com pescadores não locais, mas a Agência de Pesca e o Prefeito apoiaram a equipe de vigilância e autoridades diplomáticas locais fizeram o resto. Para fortalecer seu papel, os pescadores voluntários da equipe de vigilância juntaram recursos para comprar algum treinamento do órgão pesqueiro do governo, após o qual seriam considerados agentes semiformais. A Fundação FIBA tinha objetivos voltados para a conservação, portanto, ela solicitou à comunidade que também criasse uma equipe de monitoramento da biodiversidade não piscícola, o que foi feito prontamente.



Foto: © Grazia Bornini-Feyerabend

Menos de três anos após o reconhecimento oficial da área de conservação comunitária, todas as equipes de monitoramento apresentavam excelentes resultados. A pesca e a biodiversidade local mostraram melhorias impressionantes (a diversidade original de peixes reapareceu, houve um aumento no número de pássaros, golfinhos e crocodilos e alguns pescadores disseram que sua pesca havia quadruplicado!). Os indicadores de bem-estar geral também melhoraram, especialmente no que se refere à migração (menos pessoas migraram e algumas voltaram para as aldeias) e à dieta local (as pessoas voltaram a comer os bons peixes de que gostavam, que quase desapareceram das suas águas). Os outros indicadores de *Bourong Badiaké* também eram relativamente bons, mas eles não estavam mal no início e se mostraram menos "sensíveis" do que outros a qualquer tipo de mudança.

Nos anos que se seguiram, o principal órgão de governo de Kawawana continuou se reunindo para tratar de várias questões, e continuou a operar por conta própria, sem apoio de projetos. Houve uma tentativa de arrecadar fundos para Kawawana por meio de um pequeno negócio de aluguel de bicicletas, mas o negócio se mostrou muito complexo e demorado para os voluntários locais. É importante destacar que os pescadores que atuam na vigilância da área de conservação comunitária continuam fazendo seu trabalho, ano após ano, de forma voluntária. O tamanho da área de conservação comunitária foi expandido de forma voluntária. Mas está



TERRITÓRIO DE VIDA KAWAWANA

claro que governar e administrar uma área conservada pela comunidade de forma exclusivamente voluntária está exigindo sacrifícios significativos de pessoas que não têm tempo ou recursos de sobra. Por exemplo, a equipe de vigilância de Kawawana está enfrentando um problema porque o motor de seu barco de vigilância e uma parte importante do equipamento de monitoramento e vigilância foram danificados em um acidente causado por mau tempo. A população local está ativamente buscando meios para reestabelecer os recursos de trabalho da equipe. Não é possível dizer por quanto tempo seus esforços voluntários permanecerão viáveis.

Os pequenos montantes de financiamento externo recebidos esporadicamente do ConsórcioTICCA foram usados em iniciativas direcionadas, como um programa de rádio no idioma local, o que tornou Kawawana localmente conhecido e respeitado. O reconhecimento não foi apenas local. Kawawana recebeu dois prêmios internacionais por suas realizações e inspirou outras comunidades a se tornarem guardiãs de suas próprias áreas conservadas no Senegal. Juntos, e com a ajuda de outra doação pecuniária do SGP do GEF, os guardiões comunitários dos territórios de vida no Senegal desenvolveram uma rede nacional. No momento em que este guia estava sendo escrito, em 2020, a rede nacional estava defendendo políticas nacionais para apoiar formalmente as áreas comunitárias de conservação e aumentar sua segurança. No entanto, o trabalho de defesa de direitos ainda não é forte, e existe a necessidade de aconselhamento jurídico.

Ao longo do processo de doze anos brevemente descrito acima, a comunidade guardiã do Kawawana foi **auto-fortalecendo nosso território de vida**. Se o início foi muito intenso, a continuação foi estável. A comunidade começou a se fortalecer refletindo sobre sua situação, analisando-a, documentando-a, informando a si própria, chegando a um acordo sobre os rumos de ação, planejando e se comprometendo de forma conjunta, tecendo relações com aliados e parceiros, fazendo um trabalho diplomático cuidadoso, sendo aceita, reconhecida e apoiada e celebrando suas conquistas. Em seguida, continuou a se fortalecer trabalhando em conjunto por anos, governando e administrando seu território, recebendo treinamento para obter novas habilidades, divulgando informações sobre nosso território de vida, aprendendo lições, compartilhando essas lições com outras comunidades guardiãs e buscando maneiras de melhorar o contexto geral de políticas no Senegal. Algumas facilitações externas e alguns apoios externos em momentos cruciais foram importantes, mas a maior parte das contribuições e esforços foi provida localmente. Hoje, a comunidade guardiã de Kawawana não resolveu todos os seus problemas e tem seus altos e baixos, como todas as comunidades, mas é muito mais forte do que há dez anos, e nosso território de vida está saudável e vivo!



Foto: © Grazia Bonini-Feyerabend



REFLETIR



Foto: © Grazia Bonini-Feyerabend

REFLETIR

Os processos de autofortalecimento podem ser motivados pela necessidade de resolver uma preocupação urgente em seu território ou podem surgir para aproveitar uma nova oportunidade. Em todos os casos, vale a pena começar por uma **discussão na comunidade** para explorar e confirmar:

- se a sua comunidade é a guardiã de um território de vida;
- qual é o status desse território de vida; e
- se e como sua comunidade deseja embarcar em um processo de autofortalecimento.

"Territórios de vida" variam muito, mas territórios de vida "bem definidos" possuem **três características comuns**:

1

Há uma estreita e profunda conexão entre um território e uma comunidade local ou um povo indígena guardião.

2

O povo ou comunidade guardiã é capaz de adotar e aplicar resoluções e regras (por exemplo, em relação ao acesso e uso) relativas ao território, ou seja, há **uma instituição de governança em funcionamento**.

3

As decisões de governança e os esforços de manejo por parte da comunidade ou povo guardião em questão contribuem para **conservar a natureza** no território e garantir a **subsistência e bem-estar** da comunidade.

Vale a pena entender o "status", ou seja, o estado atual de qualquer território de vida existente ou potencial, ou seja, se ele é:

- **definido** – o território tem atualmente todas as três características, isto é, existe uma profunda conexão entre a comunidade e o território, existe uma governança comunitária que funciona bem e existem resultados eficazes de conservação e subsistência / bem-estar;
- **interrompido** – o território tinha anteriormente todas as três características, mas atualmente algumas não estão totalmente presentes devido a distúrbios que a comunidade guardiã acredita que podem ser revertidos ou neutralizados; ou



REFLETIR

- **desejado** – o território nunca teve as três características, mas tem potencial para desenvolvê-las, devido a uma comunidade que se dispõe a ser sua guardiã.

Independentemente da situação do território de vida, um **processo de autofortalecimento** pode ajudar a comunidade guardiã a compreendê-lo melhor e cuidar dele. **A comunidade define e lidera o processo de autofortalecimento**. Isso exige comprometimento e um plano (flexível).



Nota: Para este guia online, "**comunidade**" é um termo geral usado para se referir ao guardião autoidentificado de um determinado território de vida. O termo significa, portanto, povos indígenas, comunidades locais ou móveis, várias comunidades trabalhando juntas ou outros grupos, conforme apropriado.



Você pode encontrar mais informações, métodos e ferramentas na caixa de ferramentas intitulada "**Significados e Recursos**": toolbox.iccaconsortium.org



Um "território de vida"? Perguntas para discussão na comunidade

Como parte de uma discussão comunitária, essas perguntas podem ser usadas para ajudar sua comunidade a identificar se ela é a guardiã de um "território de vida" e, em caso afirmativo, em que situação o território se encontra atualmente.

... conexão entre a comunidade e nosso território de vida

A nossa comunidade possui um "território" específico (área, habitat de espécies) pelo qual se sente responsável?

- Existe um forte senso de conexão entre nossa comunidade e esse território?
- Se houver uma conexão forte, ela está relacionada a (entre outras possibilidades):
 - Os meios de subsistência e a renda de nossa comunidade?
 - A sensação de segurança e capacidade da nossa comunidade para superar as adversidades?
 - A história, idioma, espiritualidade e / ou cultura da nossa comunidade - nossa ideia sobre "quem somos"?
 - Outros seres que vivem no território - animais, plantas, ancestrais, espíritos, montanhas, rios?

... governança da comunidade

- Existem decisões importantes que nossa comunidade tomou e continua tomando em relação ao nosso território?
- Nossa comunidade possui **maneiras de tomar decisões sobre nosso território** - por exemplo, por meio de uma assembleia geral, conselho de anciões, professores espirituais, comitê ou líderes de confiança?



REFLETIR

- A nossa comunidade tem **regras** sobre o acesso e uso do território e seus recursos?
- Somos capazes de **implementar e exigir o cumprimento de decisões e regras sobre nosso território?**

... resultados positivos para a natureza e meios de subsistência e bem-estar da comunidade

- O nosso território está bem **conservado**? (Por exemplo, os principais elementos da natureza saudável - como fertilidade do solo, qualidade e quantidade da água, populações de espécies, produtividade agrícola, florestas e vegetação, etc. - estão sendo mantidos ou estão melhorando?)
- Os **meios de subsistência e bem-estar da comunidade são sustentados** pelo território? De que maneiras?

De forma geral: status atual do território de vida

- Nossa comunidade incorpora as três principais características de um "território de vida"?
- Se alguma dessas características não é forte hoje, ela costumava ser? O que mudou desde então?
- O nosso território de vida é bem definido, interrompido ou desejado?
- Se ainda não está (ou não está mais) "definido", queremos mudar isso e acreditamos que podemos?



Ao discutir o status do território de vida, tenha em mente que esses são juízos de fato, não de mérito. Um território de vida pode ser "interrompido" por diversas razões. Talvez a comunidade tenha governado o território de vida por muito tempo, mas agora não pode por causa de conflitos internos ou externos ou pressões. Talvez a comunidade esteja cuidando do território de vida, mas não tenha um papel forte ou reconhecido na tomada de decisões. Talvez a mudança climática esteja prejudicando a eficácia dos esforços da comunidade e seja necessário mais tempo para se adaptar.

Explore alguns territórios de vida



O termo "TICCA/**ICCAs – territórios de vida**" significa "**territórios e áreas governados, administrados e conservados por comunidades locais e povos indígenas guardiões**". Isso se refere a um fenômeno antigo, amplo, diverso e dinâmico que tem muitas manifestações e nomes diferentes ao redor do mundo. Para os guardiões desses "territórios de vida", a conexão entre sua comunidade e o território é muito mais rica do que qualquer palavra ou frase pode expressar. É um vínculo de subsistência, energia e saúde. É uma fonte de identidade e cultura, autonomia e liberdade. É um elo entre gerações, preservando memórias do passado e conectando-se ao futuro almejado. É a base sobre a qual as comunidades aprendem, identificam valores e desenvolvem relacionamentos e o autogoverno. Para muitos, é também uma conexão entre realidades visíveis e invisíveis, riqueza material e espiritual. O território e a natureza estão associados à vida comunitária e à dignidade, e à autodeterminação como povos.



REFLETIR



Aqui você pode encontrar exemplos de alguns territórios de vida "emblemáticos".



Aqui você pode assistir a um vídeo sobre os territórios de vida e o ConsórcioTICCA.

Planejando o autofortalecimento? Perguntas para discussão na comunidade



Independentemente do status do nosso território de vida, estas perguntas podem ajudar a planejar seu processo de autofortalecimento:

- Quais são as principais esperanças e preocupações da nossa comunidade em relação ao nosso território de vida?
- Queremos nos engajar no autofortalecimento para nosso território de vida?
- Quem deve estar envolvido nas discussões e nas ações?
- Quem deve coordenar, facilitar e acompanhar o processo?
- Como e quando devemos nos encontrar durante o processo?
- Quando consideramos os **sete elementos** (ver introdução) do processo de autofortalecimento, quais são os mais importantes para nós?
- De onde e quando devemos começar?
- Temos os recursos de que precisamos para apoiar o processo? Se não, como eles podem ser obtidos



DOCUMENTAR



Foto: © KESAN

DOCUMENTAR

Cada território é singular e complexo, documentá-lo corretamente pode parecer uma grande tarefa. Mas você pode **começar com uma pequena parte e desenvolver a documentação ao longo do tempo, focando nos aspectos do território que são mais importantes** para sua comunidade e começando com informações que já são conhecidas.

A documentação definida pela comunidade sobre o território de vida pode ser útil dentro da comunidade e no apoio a conexões externas. Ela ajuda a **apoiar outros "elementos" de autofortalecimento**, incluindo ser capaz de se comunicar, ver como a situação muda com o tempo e até mesmo defender o território contra danos.

Os principais formatos para documentação incluem fotos, listas, mapas, vídeos, artefatos, gravações de música, histórias, entrevistas e muito mais.

Uma mera "descrição" se torna uma **documentação** quando as informações **são colocadas em um determinado formato e são organizadas de forma que se tornem facilmente disponíveis para consulta e uso futuro**. A "boa documentação" é razoavelmente completa e descreve claramente as principais características do território e da comunidade, e como as decisões são tomadas.



Toda a documentação de um território de vida deve ser coletada, compartilhada e usada apenas nas formas determinadas por sua comunidade guardiã e deve respeitar seus direitos, devendo ter inclusive seu **consentimento livre, prévio e informado** (CLPI).



Você pode encontrar mais informações, métodos e ferramentas para documentar territórios de vida aqui: toolbox.iccaconsortium.org/resources/document/



O que nós já sabemos? Perguntas para discussão na comunidade



Como parte de uma discussão comunitária, essas perguntas podem ajudar uma comunidade a começar com a documentação, identificando o que é (e o que ainda não é) conhecido, e decidindo sobre áreas onde mais documentação pode ser útil. **É improvável que todas essas informações estejam disponíveis no início**, mas isso não é um problema. A discussão serve para obter ideias sobre onde e como encontrar algumas respostas e pode ser um ponto de partida para construir uma documentação mais detalhada ao longo do tempo. (Consulte também o modelo **#template**).

... principais características do território

- Onde fica o território de vida e quais áreas / recursos ele inclui?
- O território de vida está claramente definido? Por exemplo, ele possui limites claros?
- Esses limites mudaram com o tempo? Como e por quê?
- Qual é a área aproximada da superfície do território de vida?
- Existem mapas ou coordenadas GIS disponíveis?
- Existe alguma sobreposição com áreas protegidas ou outras áreas governadas pelo estado ou outros atores?
- Qual é a condição da natureza no território de vida (por exemplo, excelente, boa, ameaçada, ruim, devastada)?
- Existe uma documentação ou existem informações para apoiar nossas respostas a essas perguntas?



Nota: Embora seja útil saber onde está o território de vida, NÃO há a necessidade de limites precisos, fixos e delineados.

... a comunidade guardiã

- Onde e quanto grande é a nossa comunidade guardiã?
- Nossa comunidade é sedentária ou móvel? Se for móvel, temos um território de transumância específico?
- Quais idiomas são falados ou usados por nossa comunidade?
- Nossa comunidade é homogênea ou existem grandes diferenças dentro dela em termos de poder, riqueza, função, religião, idioma, etnia ou outras características?
- Em caso afirmativo, essas diferenças se refletem nas diversas maneiras como nos relacionamos com nosso território de vida?
- Nossa comunidade tem uma cultura, cerimônias, instituições e/ou normas distintas?
- Em caso afirmativo, quais são as principais formas por meio das quais esses aspectos distintos se relacionam com o território de vida?
- A nossa comunidade está bem, confortável, com dificuldades ou é pobre e vulnerável?



- A nossa comunidade tem internamente uma grande força e uma forte solidariedade, ou existem divisões e tensões internas significativas?
- Existe uma documentação ou existem informações para apoiar nossas respostas a essas perguntas?

... valores do território

- A nossa comunidade usa um nome específico para falar sobre o nosso território de vida? Se sim, qual nome?
- Quais são os valores ou benefícios cruciais do território de vida para a nossa comunidade? Por exemplo, ele é uma fonte de comida, água, renda? É usado para reuniões cerimoniais ou outros fins culturais ou espirituais? Ele preserva as memórias ou os corpos dos ancestrais? Conserva recursos para tempos de escassez ou convulsão social? Previne desastres ambientais? Está relacionado à identidade da comunidade e visão de mundo? É importante para conservar a diversidade biológica (por exemplo, existem espécies endêmicas ou funções do ecossistema que são bem conhecidas e apreciadas ou protegidas?)
- O território de vida é igualmente desfrutado e apreciado em nossa comunidade? Se não, quem está mais interessado e por quê?
- Quais valores (se houver) o território de vida tem para as pessoas que não pertencem à nossa comunidade?
- Existe uma documentação ou existem informações para apoiar nossas respostas a essas perguntas?

... governança e manejo - maneiras de tomar e respeitar decisões e cuidar do território de vida

- Quais são os principais objetivos da nossa comunidade para cuidar do território de vida?
- Como e por quem são tomadas as principais decisões sobre o território de vida?
- Como os diferentes grupos - incluindo mulheres e jovens - estão envolvidos nesta tomada de decisão?
- Quando foi (foram) criado(s) o(s) grupo(s) diretor(es) e como e por que mudou (mudaram)?
- O(s) grupo(s) diretor(es) foi (foram) criado(s) por nossa comunidade, ou por outra instituição, ou ambos?
- Que decisões específicas - por exemplo, zoneamento e outros planos e regras - adotamos para o território?
- Nossas decisões são claras e conhecidas por todos?
- Quem gerencia fisicamente o território e executa as decisões do grupo diretor?
- Existe um sistema de monitoramento dos resultados da gestão e, em caso afirmativo, quem está envolvido e por quê?
- Como os membros da nossa comunidade aprendem sobre as regras e se envolvem com o território de vida?
- Nossa comunidade toma medidas para garantir que outras pessoas conheçam e respeitem nossas decisões e regras em relação ao território de vida (por exemplo, regras de acesso e uso)? Como?
- Os direitos e responsabilidades coletivos de nossa comunidade para governar o território são reconhecidos? Em caso afirmativo, que tipo de reconhecimento é esse (consuetudinário e/ou legal; de fato/de direito)?
- Os atores externos reconhecem e respeitam os direitos e responsabilidades coletivos da comunidade e o território de vida na prática? Existem conflitos significativos com relação à posse da terra e / ou ao uso de recursos naturais?
- Existe documentação ou existem informações específicas para apoiar nossas respostas a essas perguntas?



Documentando um território de vida: Perguntas para discussão na comunidade



Essas perguntas podem ajudar a comunidade a decidir se deve criar (e como criar) uma documentação adicional sobre nosso território de vida.

- As informações sobre o território de vida estão prontamente disponíveis para nossa comunidade?
- Elas foram compartilhadas e discutidas de forma aberta?
- Em que formatos estão as informações principais - por exemplo, mapas, listas, imagens, histórias, documentos escritos...?
- Existem formatos que seriam particularmente úteis para nossa comunidade? Por exemplo, informações orais devem ser documentadas por meio de mapeamento participativo ou vídeo?
- Existem informações ainda não disponíveis / documentadas e que seria útil ter?
- Como essa documentação pode ser obtida / criada?
- O que nossa comunidade fará com as informações documentadas?
- Como e com quem a documentação será compartilhada? (Consulte também **#Agir e Comunicar** e **#Agir Com os Outros**)
- Existem **preocupações** ou **riscos** decorrentes da criação ou compartilhamento de documentação? Como podemos resolver isso?
- Existem **novas oportunidades** decorrentes da criação ou compartilhamento de documentação? Como podemos aproveitá-las?

O modelo do Consórcio TICCA para documentar um território de vida e outras ferramentas úteis



Existem muitas ferramentas que podem ser úteis para documentar territórios de vida de diferentes maneiras.

As duas ferramentas a seguir merecem um destaque especial:



O modelo do Consórcio TICCA para registrar informações importantes sobre um território de vida

Baixe o modelo em **Word** (para ser preenchido eletronicamente) ou **PDF** (para ser preenchido manualmente, por exemplo, durante uma discussão com a comunidade).

Este modelo não é um substituto para outras documentações, como mapas, vídeos, círculos de história, etc. Ao invés disso, ele fornece um local simples para armazenar informações importantes. Essas informações podem ser úteis para diversas finalidades, incluindo a preparação da documentação para bancos de dados nacionais ou internacionais aos quais a comunidade pode aderir caso queira (por exemplo, Registro Nacional TICCA, banco de dados **LandMark**, **Registro TICCA Internacional** e **Banco de Dados Mundial de Áreas Protegidas**, etc.) e descrevendo o território de vida para uma variedade de iniciativas. O modelo também pode ser usado como um questionário para orientar uma ou várias discussões na comunidade.



Nota: O modelo pode ser preenchido por um ou vários membros da equipe facilitadora com base nos resultados de diversas reuniões e atividades. O modelo preenchido deve estar disponível gratuitamente para a comunidade acessar, consultar e comentar.



A ferramenta de mapeamento Mapeo

Mapeo foi desenvolvido especificamente pela Democracia Digital para fins de documentação e mapeamento de comunidades indígenas e locais, em estreita colaboração com povos indígenas e organizações locais na Amazônia. É uma ferramenta fácil de usar que funciona a partir de celulares e laptops, sem necessidade de conexão com a internet, permitindo mapear um território com pontos de posição GPS, adicionando fotos e notas por meio de uma interface simples. Todos os dados permanecem totalmente sob o controle da comunidade, que pode escolher se deseja compartilhar qualquer uma de suas informações externamente. O Mapeo também possui funções para facilitar o registro no **International ICCA Registry** ("Registro Internacional do TICCA") e no **Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas**.

Existem muitas ferramentas que podem ser úteis para documentar territórios de vida de diferentes maneiras. O grupo de trabalho do **ICCA Consortium ("Consórcio TICCA") para a documentação de territórios de vida** visa fornecer informações atualizadas e facilitar a troca de conhecimento sobre diferentes ferramentas, métodos e recursos. Uma seleção mais completa dessas ferramentas, métodos e recursos é apresentada no website : toolbox.iccaconsortium.org/resources/document/.



Veja como os outros fazem!

Foto: © Glaiza Tabanao



Leia sobre a experiência dos povos Manobo quando eles documentaram seu Pangasananan (TICCA) nas Filipinas, trabalhando com aliados locais e internacionais e usando uma variedade de métodos participativos e ferramentas técnicas.

Documentando e mapeando o Pangasananan do Povo Manobo de Bislig (Mindanao, Filipinas)

Preparado por Glaiza Tabanao, Filipinas

Pangasananan é o nome do território de vida do povo Manobo, situado no nordeste da ilha de Mindanao, na cidade de Bislig. O nome se origina da palavra Manobo *pangasan* (ou seja, o ato de obter alimentos e materiais para atender a certas necessidades, como madeira, materiais de rituais, decorações, materiais para uso doméstico, etc.) e anan, um sufixo que denota um lugar. Originalmente muito maior, o *Pangasananan* foi sobreposto por uma enorme concessão de exploração de madeira para a produção de celulose e papel, que dizimou a floresta original. Ele agora abrange uma área de apenas 70 km², mas continua a ser a fonte de tudo o que os Manobo precisam - comida, abrigo, remédios, água, espaço recreativo e espiritual e sustento para cerca de 1.500 homens e mulheres. Para o povo Manobo, a destruição dos *Pangasananan* significaria sua própria queda, a obliteração de sua identidade e um total desrespeito a seus ancestrais. Portanto, é de importância primordial para eles governar, gerenciar e conservar o *Pangasananan* para que sua comunidade prospere através das gerações.

Quando esse impulso para sobreviver e prosperar foi ameaçado por operações madeireiras em grande escala, entrada descontrolada de imigrantes e expansão de áreas agrícolas comerciais em seu território, os jovens Manobo do início da década de 1990 decidiram lutar e explorar meios para impedir a destruição e proteger o que restou de seu *Pangasananan*. No início desse processo, o povo Manobo reconheceu que seria difícil continuar sem aliados. Consequentemente, eles estabeleceram parcerias com um grupo de igreja local, diferentes grupos armados, alguns colonos imigrantes e organizações não governamentais. Como a madeireira os ameaçou com armas de fogo, eles naturalmente buscaram armas para se defender e defender seu território. Junto aos seus novos parceiros, eles buscavam orientações, apoio financeiro e os novos



conhecimentos e habilidades de que precisavam para vencer a luta. Eles obtiveram tudo isso. Por exemplo, em 2004, eles tomaram conhecimento de uma lei relativamente nova chamada Lei dos Direitos dos Povos Indígenas (IPRA), que lhes permitiria obter um Certificado de Título de Domínio Ancestral (CADT) e legalizar a propriedade de seu território. No entanto, para obter um CADT, muitas informações precisaram ser coletadas, validadas e empacotadas como prova de propriedade do território. Isso se tornou o ímpeto para as atividades de coleta de informações, documentação e mapeamento.



Foto: © Glazza Tabanao

As atividades de documentação se tornaram intensas e aceleradas quando a comunidade começou a trabalhar com uma ONG chamada Associação Filipina para o Desenvolvimento Intercultural (PAFID, na sigla em inglês), Inc. em 2009. Através do PAFID, o povo Manobo também conheceu o Consórcio TICCA no ano seguinte. Foi nessa época que os Manobos perceberam que, ao mesmo tempo em que buscavam garantir a governança de seu território, também contribuíam para a luta global pela preservação do meio ambiente. Eles perceberam que estavam usando como meio de subsistência, cuidando, protegendo, conservando e lutando pelo que outros chamam de TICCA ou "território de vida", mas que sempre haviam conhecido como seu *Pangasananan*. Além de ser uma fonte de empoderamento, eles viram essa realização como uma oportunidade de encontrar mais aliados na proteção de seu território, aprimorando iniciativas de conservação, fomentando práticas tradicionais, acumulando mais conhecimentos e habilidades, fortalecendo suas reivindicações e melhorando suas condições de vida. Portanto, a comunidade decidiu documentar seu **TICCA** e enviá-lo para ser incluído no Registro Internacional TICCA. Em 2017, sua ação judicial sobre o *Pangasananan* foi impulsionada por sua inclusão em um projeto nacional de TICCA que forneceu recursos para o trabalho de documentação. O projeto foi apoiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) da ONU e pelo Governo das Filipinas por meio do Escritório de Gestão da Biodiversidade (BMB-DENR) e do NCIP (Comissão Nacional de Povos Indígenas).

Que informações foram coletadas?

Para sua candidatura para o CADT, a comunidade documentou e reuniu as seguintes informações, com o apoio do PAFID:

- evidências históricas de ocupação e uso do território;
- história dos Manobos como povo e como comunidade;



- sistemas e práticas de conhecimento indígenas (IKSP), crenças espirituais e sistemas de governança tradicionais;
- fotografias de locais importantes, pontos de referência, atividades tradicionais e meios de subsistência;
- árvores genealógicas e histórias de clãs;
- dados anedóticos e quantitativos sobre recursos naturais;
- iniciativas, situações, necessidades, oportunidades e ameaças atuais da comunidade;
- uma ampla gama de dados sociodemográficos;
- descrição geográfica e física do território;
- usos atuais da terra e zoneamento; e
- limites e extensão do domínio ancestral Manobo.

Inicialmente feito para satisfazer os requisitos do governo para o reconhecimento de seu domínio ancestral e para desenvolver um Plano de Proteção e Desenvolvimento Sustentável de Domínio Ancestral (ADSDPP, na sigla em inglês), esta informação se mostrou útil para a documentação e registro de seu TICCA e a consequente elaboração de um Plano de Conservação Comunitária (CCP, na sigla em inglês). Informações também foram coletadas sobre seu estoque de carbono florestal, atividades de conservação, conhecimento e práticas tradicionais que contribuem para a conservação da natureza, usos atualizados da terra, áreas sujeitas a perigos e significância ecológica e valores de biodiversidade do *Pangasananan*.

Como as informações foram coletadas?

As informações necessárias foram coletadas por meio de pesquisa participativa, mapeamento da comunidade e métodos participativos de avaliação rápida. Uma abordagem aberta e participativa foi usada em todos eles, o que permitiu uma análise aprofundada das informações, criou uma oportunidade para aprendizagem compartilhada e validação cruzada, e cultivou um forte senso de propriedade sobre os dados e informações entre os membros da comunidade. Isso garantiu a qualidade, relevância e utilidade das informações coletadas.

Essas foram as medidas que adotamos:

1. Consentimento livre, prévio e informado (CLPI)

O documento de CLPI fornecido pelo Registro internacional de TICCA foi traduzido para o idioma local e discutido com um grupo inicial de líderes e membros da comunidade. Cada parte do documento foi explicada e discutida, juntamente com informações sobre os benefícios, vantagens e limitações de enviar dados para o Registro Internacional de TICCA e questões de propriedade sobre dados, etc. No final, a comunidade decidiu que os benefícios da inscrição do nosso território de vida eram mais importantes do que as limitações e riscos também envolvidos.

2. Identificação e Treinamento de Associados de Pesquisa da Comunidade

Os Associados de Pesquisa da Comunidade (CRAs, na sigla em inglês) foram identificados por anciões e líderes comunitários. Em seguida, eles receberam uma orientação sobre as metas e objetivos da pesquisa, bem como vários métodos de pesquisa e geração de dados espaciais usando métodos de mapeamento participativo. Finalmente, eles foram treinados na execução de avaliações participativas de recursos naturais.



3. Pesquisa Participativa

A pesquisa participativa foi realizada por meio de métodos primários e secundários, incluindo observação direta, entrevistas com informantes-chave, discussões em grupos focais e revisão da literatura, documentações e pesquisas existentes. Essas foram conduzidas em ambientes formais e informais, conforme aplicável a cada caso. Os informantes foram identificados durante as reuniões e entrevistas com líderes e anciãos. A equipe de pesquisa também desenvolveu uma lista de verificação de documentos existentes e relevantes da comunidade, da Internet, do governo e do setor acadêmico, bem como de bancos de dados anteriores do PAFID.

Os principais tópicos de pesquisa incluíram a história do povo Manobo; atividades e cronogramas de atividades subsistência tradicionais e atuais; sistemas de crenças espirituais; rituais; gestão e uso de recursos naturais; sistemas e estruturas de governança tradicionais e contemporâneas; e história, localização, descrição e contos sobre o Pangasananan. Também foram discutidas as ameaças ao território de vida e ao povo Manobo como seu guardião. Finalmente, foram coletadas informações sobre artes tradicionais, artesanato, música, práticas tradicionais de cura; mitos espirituais; a história de lugares culturalmente importantes; plantas importantes e seus usos; e rituais (descrições, materiais usados e por que foram usados).



Foto: © Gláiza Tabanao

4. Mapeamento da Comunidade

O mapeamento participativo envolveu várias etapas, incluindo:

- Identificação em campo de características geográficas importantes usando um receptor GPS;
- Construção do modelo de mapa 3D;
- Codificação do uso do solo;
- Digitalização de dados e estabelecimento de banco de dados de Sistema de Informação Geográfica (SIG);
- Validação do mapa da comunidade; e
- Finalização de mapas validados / banco de dados GIS.



Auxiliados por uma equipe técnica do PAFID, membros da comunidade treinados em GPS fizeram uma pesquisa de perímetro em campo para delinear o Pangasananan. Eles deram uma caminhada no perímetro para demarcar as fronteiras naturais e os marcadores culturais do domínio. Eles também marcaram posições pontuais de características geográficas importantes dentro do domínio. Isso incluía a localização de barangay sitios (edifícios municipais), escolas, centros de saúde, mercados, pontes, estradas de concreto e de terra, rios e riachos. Todos os dados coletados foram sobrepostos em um mapa topográfico. Isso foi então usado como o mapa de base para determinar a extensão do domínio.

Em 2009, um mapa 3D com escala de 1:10.000 já havia sido elaborado pela comunidade com a ajuda do PAFID. Em workshops comunitários, a equipe técnica do PAFID facilitou as atividades de esboço de mapeamento para permitir que a comunidade identificasse os limites do Pangasananan e determinasse sua cobertura total. Os participantes da comunidade lembravam e escreviam nomes de montanhas, rios, áreas sagradas e antigas aldeias na língua indígena e forneciam relatos históricos sobre eles. Eles identificaram marcos importantes, como cemitérios, cavernas, lagos, limites da comunidade, florestas protegidas e outros. Esses esboços de mapas forneceram a base para a preparação de mapas topográficos e básicos maiores que foram usados para construir um modelo de relevo de seu domínio: um mapa 3-D!



Foto: © Glaiça Tabanao

Feito principalmente de folhas de borracha sobrepostas, resina e tinta, o mapa 3-D oferecia uma visão completa dos limites naturais do território e das características físicas detalhadas das montanhas e corpos d'água. Os anciões descreveram a utilização atual da terra e identificaram por meio de alfinetes, cordas e pinturas os locais de solos sagrados, áreas de caça, antigos locais de habitação, etc. dentro do mapa de domínio ancestral. As informações do grupo foram então consolidadas e validadas para garantir que o mapa fosse preciso e fácil de usar.

Os dados do mapa 3D foram digitalizados usando um software computacional (Quantum GIS versão 2.14.0 e ArcGIS versão 10.1). Cópias digitalizadas de informações espaciais sobre o domínio ancestral / TICCA / território de vida (os três foram confirmados como sinônimos para a comunidade) foram depositadas em um banco de dados SIG e utilizadas na produção de diversos mapas com diferentes temas. O processamento e a produção de diversos mapas temáticos foram realizados pelo especialista em GIS do PAFID. Um total de 23 mapas temáticos foram gerados a partir do processamento de mapas participativos e por meio de dados



de GIS obtidos do governo, ONGs parceiras e plataformas GIS de código aberto online, como Google Maps e OpenStreet Map. Esses mapas estão listados abaixo:

- Mapa de Localização
- Mapa de Fronteira TICCA
- Sobreposição de TICCA e outras áreas CADT
- Uso / Cobertura Atual da Terra em 2017
- Cobertura Anterior da Terra - 1900
- Cobertura Anterior da Terra - 1997
- Cobertura Anterior da Terra - 2004
- Uso Proposto da Terra
- Classificação da Terra
- Áreas Arrendadas ou Licenciadas para Mineração
- NPAA (Rede de Áreas Protegidas para Agricultura)
- NPAAAD (Rede de Áreas Protegidas para o Desenvolvimento Agrícola e Agroindustrial)
- Tipo de Solo
- Classificação de Declive
- Sobreposição da Paisagem Protegida Tinuy-an e TICCA
- Sobreposição de TICCA e Bislig [1] Área de Biodiversidade Chave (KBA, na sigla em inglês)
- Sobreposição da Área de Aves Importantes (IBA, na sigla em inglês) Bislig e TICCA
- Linhas de Falha
- Suscetibilidade a Deslizamentos
- Suscetibilidade a Inundações
- Malhas Rodoviárias
- Redes Fluviais
- Inventário de Recursos

Os mapas precisos e fáceis de usar mesclaram o conhecimento da população local e os dados espaciais por meio da tecnologia GIS para servir como um meio poderoso para uma melhor comunicação e análise. Esses mapas foram úteis para melhor compreender e descrever as situações locais, a localização dos riscos, as áreas que precisam de reflorestamento e as florestas que precisam de reabilitação. A comunidade também percebeu a importância de nosso território de vida TICCA como fonte de água para Bislig e como berço da biodiversidade. A comunidade poderia então usar essas informações para elaborar seus usos de terra, atividades e políticas propostas.

[1] Bislig é uma cidade em Mindanao próxima ao domínio ancestral do povo Manobo e famosa pela observação de pássaros.

5. Avaliação Participativa de Recursos Naturais

Foi realizada uma Avaliação Participativa para determinar a situação e as condições dos recursos naturais no domínio ancestral. O inventário de recursos avaliou o estoque de carbono nas árvores, bem como a biodiversidade floral nas florestas de Pangasananan.



Uma linha de transecto de 1 km, duas linhas de transecto de 500 metros e duas parcelas de floresta de 0,25 ha foram estabelecidas dentro do TICCA. O estoque total de carbono acima do solo foi derivado com equações de regressão usadas pela Kalahan Education Foundation, enquanto a biodiversidade foi estimada usando os valores de riqueza e diversidade de espécies derivados dos índices de diversidade de Shannon e Simpson.

O levantamento da fauna se baseou em observações informais relatadas pelos habitantes locais. Também foi feita a listagem gratuita de nomes e usos de plantas e animais observados pela comunidade. Fotos de cobras e pássaros conhecidos foram mostradas aos membros da comunidade para determinar quais eram comumente avistados em Pangasanan.

Também foram recolhidas informações sobre o tipo floral, localização / habitat e serviço / valor que as Espécies Indicadoras Tradicionais (espécies florais identificadas pela comunidade como indicativas da saúde da sua floresta) fornecem à tribo e ao seu ambiente. A definição de floresta do povo de Manobo e a presença / ausência de espécies indicadoras tradicionais foram então usadas como base para avaliar a saúde indicativa das florestas inventariadas.

O estabelecimento de linhas de transecto e a avaliação da biodiversidade usando índices usados internacionalmente, juntamente com a identificação de espécies indicadoras tradicionais, mostram como métodos científicos e tradicionais podem ser combinados com técnicas simples que a comunidade entende, aprecia e pode, em última instância, usar para fortalecer a governança de nosso território de vida.



Foto: © Gláiza Tabanao



COMPREENDER



Foto: © CENESTA

COMPREENDER

Depois de coletar e compartilhar informações suficientes sobre o território de vida em sua comunidade (consulte o **#Documento**), o autofortalecimento pode se concentrar na compreensão por parte da comunidade sobre a situação geral ou "**saúde**" do **território de vida**. Especificamente, nos links abaixo, você pode encontrar uma ferramenta simples e perguntas para as discussões comunitárias a fim de compreender:

- **a resiliência e a segurança de um território de vida;**
- **os principais pontos fortes, desafios, oportunidades e ameaças que nosso território de vida enfrenta;**
- **a governança de nosso território de vida; e**
- **a gestão do nosso território de vida.**

Embora esta orientação foque no território de vida, este elemento está alinhado com o tipo de análise de situação ampla que geralmente ocorre em um processo participativo no nível da comunidade. Visto que os aspectos ecológicos, sociais, culturais, espirituais, políticos e econômicos estão naturalmente inter-relacionados em um território de vida, a comunidade também discutirá a si mesma, sua realidade e seu futuro.

Compreender a resiliência e a segurança de um território de vida: Uma ferramenta dedicada



Resiliência e segurança são aspectos cruciais da "saúde" geral dos territórios de vida. **Resiliência** diz respeito à sua capacidade de se recuperar de choques e danos. **Segurança** diz respeito à probabilidade de que o território de vida continuará a existir e prosperar.



O Consórcio TICCA desenvolveu uma ferramenta simples para ajudar as comunidades a autoavaliarem a resiliência e a segurança de um território de vida, com base em cinco elementos essenciais ou "pilares":

- a **força da comunidade guardiã**;
- a **conexão entre a comunidade e nosso território de vida**;
- o **funcionamento da instituição de governança**;
- o **estado de conservação do território**; e
- os **meios de subsistência e bem-estar da comunidade**.

Esta ferramenta dedicada pode ser usada como questionário para orientar uma ou mais discussões comunitárias.

A equipe facilitadora pode preencher o formulário eletronicamente ([aqui](#)) e salvar as informações. Para usar durante uma reunião, no entanto, pode ser mais prático imprimir a versão pdf da ferramenta ([aqui](#)).

As informações coletadas serão importantes para entender a situação atual e monitorar o progresso em direção ao futuro desejado pela comunidade. Para tanto, indicadores dos pilares de resiliência e segurança do território de vida devem ser identificados e monitorados ao longo do tempo [ver [#Revisar e Renovar](#)].



Sempre tenha em mente a necessidade de **consentimento livre, prévio e informado** e uso ético das informações da comunidade!

Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças: Perguntas para discussão na comunidade



Com base na autoavaliação de resiliência e segurança, sua comunidade pode identificar ainda mais as forças e desafios mais importantes, oportunidades e ameaças relacionadas ao território de vida. O ideal é que essas perguntas sejam feitas imediatamente após o uso da ferramenta ou em uma reunião que ocorra logo depois. Você pode começar refletindo sobre algumas **tendências óbvias** (por exemplo, aumento ou diminuição de conflitos na comunidade, regeneração ou degradação do ecossistema, emigração ou imigração, diminuição ou aumento no respeito às regras da instituição de governança, impactos das mudanças climáticas), antes de passar para as questões a seguir:

Pontos fortes e fracos

- Quais são as **questões mais importantes** que surgiram em relação aos "pilares" de resiliência e segurança?
- Se a ferramenta foi usada por diversos pequenos grupos em nossa comunidade, as "pontuações" e os principais problemas identificados são semelhantes para todos os grupos? Se não, quais são as principais diferenças? O que isso revela?



- Quais são os **elementos-chave dos pontos fortes** do nosso território de vida?
- Quais são as **fraquezas internas e / ou externas mais graves** do nosso território de vida?

Ameaças e oportunidades

- Nossa comunidade atualmente enfrenta **ameaças**? Vemos alguma ameaça surgindo?
- Essas ameaças teriam implicações diferentes para diferentes grupos em nossa comunidade, como mulheres, idosos, jovens, minorias étnicas ou aqueles que compartilham seus principais meios de subsistência?
- Existem **oportunidades** para fortalecer nossa comunidade que podemos aproveitar?
- Essas oportunidades teriam diferentes **implicações para diferentes grupos** em nossa comunidade?
- A governança existente do território de vida pode neutralizar ameaças de maneira significativa e rápida ou aproveitar novas oportunidades?
- O território das práticas de gestão da vida pode ser alterado de forma significativa e rápida se houver necessidade?



Nota: As duas últimas questões são discutidas com mais detalhes nas seções a seguir, em **#governance** ("governança") e **#management** ("gestão") do território de vida. A comunidade deve decidir se deseja aprofundar sua compreensão e análise.

Governando um território de vida: Perguntas para discussão na comunidade



Um sistema de governança legítimo, equitativo e eficaz é necessário para que um território de vida permaneça vivo e próspero ao longo do tempo. Uma instituição de governança para um território de vida geralmente inclui uma ou mais estruturas sociais (por exemplo, uma assembleia geral da comunidade, um conselho de anciãos, um conselho municipal), bem como um sistema de valores e processos que contribuem para o desenvolvimento, aprovação e aplicação de regras e regulamentos.

A governança trata de quem decide, como as decisões são tomadas e quem garante que as decisões sejam implementadas. Diz respeito a poder, autoridade e responsabilidade. **Mais Informações!**

Embora a #ferramenta de resiliência e segurança inclua algumas questões básicas sobre a governança do território de vida, uma comunidade pode desejar ter uma discussão e uma compreensão mais aprofundadas deste importante tópico. As perguntas de orientação abaixo podem ajudar nisso:



Legitimidade e justiça

- A nossa instituição de governança do território de vida é aceita e apreciada por toda a comunidade?
- As perspectivas de todos os grupos dentro de nossa comunidade são representadas de maneira justa nos processos de tomada de decisão e comunicação em nosso território de vida?
- Alguns grupos em nossa comunidade - por exemplo, homens e mulheres, idosos e jovens, minorias étnicas ou grupos linguísticos - se beneficiam mais ou sofrem mais impactos negativos por causa de nossas decisões sobre nosso território de vida? Em caso afirmativo, como podemos remediar isso?
- Os processos de tomada de decisão para o nosso território de vida podem ser mais justos e eficazes? Como?
- A aplicação de regras para o nosso território de vida pode ser mais justa e eficaz? Como?

Visão

- Existe uma visão clara e compartilhada para o nosso território de vida? Existe um plano para alcançar essa visão? (Veja também **#Visão e Celebração**)
- Nossa visão e plano foram desenvolvidos com a participação e concordância de todos os membros da comunidade interessados?
- Nossa visão e plano inspiram o envolvimento, apoio e comprometimento de nossa comunidade?

Responsabilidade e transparência

- As regras e formas de cuidar de nosso território de vida são bem conhecidas em nossa comunidade? E por atores externos relevantes?
- Os membros da comunidade se sentem capazes de falar sobre a governança e gestão do território de vida? Isso difere entre os grupos - por exemplo, homens e mulheres, idosos e jovens, minorias étnicas ou grupos linguísticos?
- Nossa comunidade mantém documentação sobre nosso território de vida, incluindo práticas de governança e gestão?
- Os membros da comunidade têm acesso a informações sobre nosso território de vida, incluindo eventuais contabilidades financeiras?

Liderança e responsabilidade

- A nossa instituição de governança do território da vida é enérgica, comprometida, imparcial, corajosa? Ela incorpora outros valores culturalmente importantes?
- Existem líderes fortes e comprometidos ou "campeões" de nosso território de vida dentro de nossa comunidade?
- Esses líderes são capazes de inspirar comprometimento e envolvimento em nossa comunidade?

Desempenho e aprendizagem

- O território de vida está bem conservado, com sua saúde ecológica mantida ou melhorando?
- As ameaças e oportunidades são reconhecidas e tratadas de forma equitativa e eficaz?
- O território de vida contribui para a subsistência sustentável local?



- Contribui para manter o patrimônio cultural e o orgulho da comunidade?
- Contribui para a autodeterminação da comunidade e o gozo dos direitos e responsabilidades coletivas?
- Os conhecimentos e aprendizados históricos e novos são incorporados na visão e nas decisões sobre o território de vida?

Gerenciando um território de vida: Perguntas para discussão na comunidade



A "gestão" do território de vida engloba todas as ações realizadas para cuidar dele, bem como para mantê-lo e usufruir dos benefícios dele. Isso geralmente inclui uma variedade de atividades, dirigidas e embasadas por decisões de governança, que incluem vigilância e aplicação de regras, colheita e cuidados com os recursos naturais e monitoramento e avaliação contínua dos resultados. As atividades de gestão / manejo são frequentemente estabelecidas e descritas em um plano de gestão (ou equivalente) que pode ser ajustado ao longo do tempo para responder às mudanças e lições aprendidas.

A gestão tem a ver com o que é feito para atingir objetivos específicos. Geralmente diz respeito a um conjunto de atividades e aos meios para realizá-las. **Mais Informações!**

Embora a **#ferramenta de resiliência e segurança** inclua algumas questões básicas sobre a gestão do território de vida, a equipe de facilitação pode desejar acompanhar a comunidade para ter uma discussão e compreensão mais aprofundadas sobre este importante tópico. As perguntas de orientação abaixo podem ajudar nesse esforço:

Plano de Gestão

- Existe um plano de gestão (escrito ou oral) implementado?
- O plano é totalmente embasado no conhecimento e experiência da nossa comunidade?
- O plano respeita as decisões e a visão da nossa comunidade para o território de vida?
- As atividades de gestão/manejo e seus resultados / impactos são monitorados?
- O plano de gestão está integrado com planos mais amplos (por exemplo, planejamento do uso da terra em nível municipal ou distrital) de uma forma que permita que as contribuições e necessidades do território de vida sejam reconhecidas e atendidas?



Capacidades humanas e técnicas

- Existem pessoas suficientes empenhadas na gestão do território de vida e - em particular - essas pessoas são capazes de aplicar as regras acordadas pela nossa comunidade?
- Eles possuem as habilidades e os equipamentos de que precisam para implementar o plano de gestão com eficácia?
- Se não, elas poderiam ser treinadas ou adquirir essas habilidades e equipamentos de outra forma?

Recursos e contribuições

- Atualmente estão disponíveis recursos e contribuições capazes de atender às necessidades de gestão do nosso território de vida?
 - por exemplo, tempo de voluntariado, contribuições em espécie, infraestrutura (barco, carro, telefones celulares), financiamento?
- A fonte desses recursos e contribuições é segura e sustentável?
- O que poderia ser melhorado com mais recursos ou recursos mais adequados?



Algumas comunidades guardiãs optam por não administrar seus territórios diretamente. Isso pode ser por razões técnicas, legais ou práticas. Em todos os casos, entretanto, a gestão efetiva direta ou delegada de um território de vida é necessária para que uma comunidade construa e mantenha sua autodeterminação sustentável. Assim, é importante compreender como se faz a gestão, incluindo os conhecimentos, competências e capacidades humanas e financeiras dos quais a gestão depende.



VISÃO E CELEBRAÇÃO



Foto: © Ashish Kothari

VISÃO E CELEBRAÇÃO

Um momento fundamental de qualquer processo de autofortalecimento é quando a comunidade **se reconhece como guardiã de nosso território de vida e se compromete coletivamente** a manter esse papel no futuro. Este comprometimento pode parecer diferente para diferentes povos e comunidades, mas geralmente se concentra nas **capacidades coletivas e na vontade de governar e administrar o território relevante**.

O autorreconhecimento como um guardião da comunidade é frequentemente mais forte quando construído sobre (ou junto com) uma visão compartilhada **para o território de vida**. Algumas comunidades sentem que tal visão está implícita em suas crenças espirituais e estilo de vida, mas ainda acham útil torná-la explícita. Outros podem achar útil gerar, ou desenvolver ainda mais, e articular tal visão. Embora concordar com uma visão compartilhada não seja simples, esse objetivo pode frequentemente ser alcançado com uma **facilitação sensível e tempo** para discutir e avaliar as opções.

O momento de autorreconhecimento coletivo de sua comunidade pode **culminar em um evento onde você afirmará uma visão do futuro desejado**, se comprometerá com seu papel de guardiã e despertará seu entusiasmo e senso de unidade. Isso pode exigir uma quantidade substancial de organização prévia, desenvolvendo elementos de entendimentos compartilhados que podem levar meses ou anos para cultivar.

Em todos os casos, se e quando sua comunidade se **reconhecer como guardiã do território de vida** e se comprometer a continuar nessa função... o momento exigirá uma **celebração** ou outro evento apropriado!



Pode-se argumentar que as **capacidades coletivas de governar e administrar** contribuirão para - e fortalecerão - os **direitos e responsabilidades coletivas** para a conservação (diversidade, integridade) do território e para a **autodeterminação sustentável** dos seus guardiões. Dependendo do contexto, sua comunidade decidirá se buscará ter tais direitos e responsabilidades **reconhecidos nas leis e políticas nacionais e/ou na prática**. Em outras palavras, você precisa e deseja receber respeito e apoio apropriado (incluindo CLPI para intervenções) de outras comunidades, do estado e de outros atores externos? Nesse caso, a melhor forma de você fazer isso é por meio de uma base sólida em seu próprio auto-reconhecimento e comprometimento. Saiba mais sobre esses conceitos-chave em: toolbox.iccaconsortium.org/meanings-and-more/



Reconhecendo-se como guardiã de um território de vida: Perguntas para discussão na comunidade



A equipe de facilitação pode oferecer as perguntas abaixo para ajudar a comunidade a fortalecer seu auto-reconhecimento como guardiã de um território de vida. Isso pode ser feito **antes, durante ou depois** de uma discussão comunitária focada em **desenvolver uma visão do futuro desejado**.

- Está claro que algumas escolhas a serem feitas hoje - pelo governo, pelo setor privado, por outras comunidades ou por nós mesmos - afetarão significativamente o futuro de nosso território de vida e de nós mesmos? Temos algum exemplo de tais escolhas?
- Existem **decisões básicas que a comunidade pode tomar hoje** para afetar tais escolhas? Temos algum exemplo dessas decisões?
- Podemos nos imaginar no futuro como uma comunidade próspera agindo como guardiã de **um território de vida próspero**? Poderíamos estar vivendo bem, trabalhando e provendo nosso próprio sustento, ao mesmo tempo em que mantemos nosso território em condições favoráveis?
- O que isso significaria para a maneira como vivemos, trabalhamos e nos organizamos? Estamos **prontos e dispostos** a fazer isso?
- Estamos prontos **para nos comprometer** a apoiar essas escolhas, por exemplo, desenvolvendo e assinando um **termo de compromisso**, uma **carta** ou uma lista de **princípios e critérios** que estamos dispostos a seguir em nossa relação com o território de vida?



Para discutir essas questões, você pode explorar os conceitos de "**Guardiões / Dirigentes / "Guardiões"**" e a "**"Autodeterminação sustentável"**", consulte: toolbox.iccaconsortium.org/meanings-and-more/



Uma excelente maneira de ajudar sua comunidade a ter uma visão do futuro desejado e tomar as decisões cruciais sobre isso é fazer com que alguns **representantes viajem para ver o que aconteceu em outros territórios** como resultado de escolhas e decisões feitas por outras comunidades, governos e outros. Quando seus representantes retornarem, eles compartilharão o que aprenderam, informarão outras pessoas e esclarecerão as prováveis consequências de suas ações.



Visualizando o futuro desejado do território de vida: Perguntas para discussão na comunidade



Para desenvolver uma visão coletiva do futuro desejado para um território de vida e sua comunidade guardiã, as seguintes questões podem ser um bom ponto de partida:

- Como seria o nosso território de vida se fosse **totalmente próspero hoje** ("o melhor que poderia ser")? Vamos imaginar isso em termos de aparência (por exemplo, paisagem, natureza, assentamentos humanos, estradas, presença da comunidade, comportamento aparente das pessoas ...), mas também de características intrínsecas (por exemplo, qualidade do solo, água, ar, integridade das funções ecológicas, presença de diversidade biológica e diversidade cultural, sensação de bem-estar ...)
- Como seria o nosso território **no futuro - por exemplo, cinco, dez e cinquenta anos a partir de agora- se fosse totalmente próspero nesse momento futuro?** Novamente, vamos imaginá-lo em termos de aparência e características intrínsecas.

Diversos participantes da discussão na comunidade podem descrever o futuro desejado para o território de vida de maneira diferente. Se isso ocorrer, a equipe facilitadora poderia investigar:

- Existem **elementos comuns** entre nossas visões individuais?
- Podemos identificá-los e concordar com um **conjunto de elementos básicos de uma visão que todos compartilhamos?**
- Com base nessa visão, podemos reafirmar **nossa papel como guardiões?**



Várias formas de **imagens guiadas** podem ser usadas para desenvolver uma visão coletiva do futuro desejado para um território de vida e sua comunidade guardiã; consulte a **ferramenta de imagens guiadas**.



A equipe facilitadora pode desejar listar os elementos comuns da visão coletiva e confirmar se todos concordam com eles.

Celebrando o compromisso com o território de vida: Perguntas para discussão na comunidade



Uma celebração pode destacar o que a comunidade alcançou e o que deseja alcançar, gerando orgulho e novas energias e expressando visivelmente o compromisso coletivo **de conservar um território de vida**. As



VISÃO E CELEBRAÇÃO

celebrações são cruciais para colocar as memórias compartilhadas, a autoconsciência e a unidade no centro da vida da comunidade.

... o que queremos comemorar e por quê?

- Nossa visão compartilhada e compromisso com o território de vida devem ser marcados por uma **cerimônia** ou outro evento com a participação da comunidade em geral?
- Quais seriam os **resultados positivos desejados** dessa celebração? Haveria algum possível problema com a realização de uma celebração? Se houver possíveis problemas, o que podemos fazer para combatê-los?
- **Que tipo de evento** seria apropriado - por exemplo, uma cerimônia tradicional, possivelmente incluindo elementos espirituais? Um evento "moderno" com discursos e assinaturas? Uma mistura de abordagens? Um evento elaborado com vários elementos (comida e bebida, canções, danças, exposições de arte, feira de produtos naturais do território de vida, etc.)?
- Que termos devemos usar para nos referir ao nosso território de vida e à nossa comunidade guardiã? Temos um **nome** específico para o território, já discutido e amplamente acordado pela comunidade em geral, que possa ser reafirmado e amplamente utilizado? (Consulte também **#Agir e Comunicar**)
- Como devemos organizar a celebração para garantir que alcançamos os resultados desejados? Por exemplo, devemos compartilhar informações ou uma declaração sobre nossa visão do futuro desejado? Devemos compartilhar uma declaração de nosso auto-reconhecimento como guardiões, por exemplo, o termo de compromisso, carta ou princípios e critérios que concordamos? Em caso afirmativo, quem deve fazer o pronunciamento de tais declarações - por exemplo, os anciões da comunidade, os jovens, o grupo diretivo do território de vida? Devemos incluir no programa uma discussão sobre qualquer documento oficial que reconheça nossa comunidade como guardiã do território?

... como organizamos a celebração?

- Se fizermos uma celebração, **quando** ela deveria acontecer? Deve coincidir com uma feira de rua ou feriado? Devemos comemorar depois de uma caminhada coletiva no território, como em muitas culturas tradicionais? Em caso afirmativo, qual estação e período funcionariam melhor?
- Todos na comunidade devem se envolver? Que papel os anciões devem desempenhar? Jovens? Mulheres? Homens? Crianças?
- Quem deve ser convidado a participar da celebração (por exemplo, apenas nossa comunidade ou também outras comunidades, autoridades estaduais, aliados, etc.)?
- Quem deve organizar a cerimônia? Algumas pessoas podem se voluntariar para assumir o comando da cerimônia?
- Quem deve apoiar a celebração (por exemplo, com tempo, financiamento, comida, bebidas, música ou outras contribuições)?



Não existe "melhor momento". Uma celebração em um momento de maior ameaça ou de novas oportunidades pode reafirmar a visão da comunidade e gerar energia para a ação. Uma celebração que ocorre após a formação de um plano de ação concreto para alcançar a visão compartilhada que foi acordada pode despertar a vontade de se envolver e agir (ver também **#Agir e Comunicar**).



Veja como os outros fazem!



Criar e se comprometer com uma visão para o Parque da Paz Salween

Kholo Tamutaku Karer (ou Parque da Paz de Salween) abrange 5.485 km² da bacia do rio Salween, uma região na Birmânia / Mianmar que é de grande importância para a biodiversidade global e para a subsistência de muitas comunidades indígenas Karen. A bacia do rio Salween tem sido o território de vida de seus guardiões indígenas Karen por cerca de três mil anos, mas a autodeclaração do Parque da Paz de Salween é relativamente recente (dezembro de 2018).

Os cerca de 60.000 residentes passaram por um longo e trabalhoso processo de consultas sucessivas, desenvolveram uma Carta incluindo regras acordadas e, finalmente, proclamaram que seu território se dedicava a cumprir três de suas aspirações essenciais: 1. paz e autodeterminação; 2. integridade ambiental; e 3. sobrevivência cultural. Em uma área que sofreu com mais de 60 anos de guerra civil, o território agora se dedica a gerar paz e proteger um reduto da biodiversidade e da cultura Karen (incluindo sistemas de gestão e governança fundiária consuetudinária) de antigas e novas ameaças.



Foto: © Jitraporn Kaikom

Os aldeões de Gha Lay Der estão fazendo a colheita em suas fazendas de arroz



VISÃO E CELEBRAÇÃO



Foto: © Jitrapon Kalcome

Grupos de agricultura de terras altas em uma horta orgânica compartilhando sementes ETH



Foto: © Jitrapon Kalcome

Os agricultores vendem seus produtos cultivados usando técnicas tradicionais de cultivo Karen em um mercado local



Dos campos de batalha ao refúgio: Apresentando o Parque da Paz de Salween;

KESAN, 2017, 4 min. Um relato poderoso e revelador de como as comunidades Karen se organizaram para afirmar sua visão em uma Carta, declarar o Parque da Paz de Salween, planejar o futuro e celebrar suas próprias realizações e compromisso com o futuro.



Comemorando a Proclamação do Parque da Paz de Salween; KESAN, 2018, 11 min



AGIR E COMUNICAR



Foto: © Ashish Kothari

AGIR E COMUNICAR

Para que um processo de autofortalecimento produza resultados concretos, mais cedo ou mais tarde sua comunidade precisará "agir". Isso normalmente inclui **desenvolvimento e implementação de uma ou mais iniciativas específicas**.

Essas iniciativas devem ser baseadas na compreensão das próprias forças e desafios de sua comunidade e nas ameaças e oportunidades que ela enfrenta (consulte **#Compreender**) em relação ao seu papel como guardiã e visão do futuro desejado (ver **#Visão e Celebração**). Em outras palavras, sua comunidade deve considerar e chegar a um acordo sobre o que precisa acontecer para que sua visão compartilhada do território de vida se torne realidade.

Por exemplo, se sua comunidade deseja manter seu território para uma vida saudável, ela precisa evitar o estabelecimento de indústrias prejudiciais para o meio ambiente. Isso pode envolver descobrir como impedir que essas indústrias obtenham concessões governamentais. Se a comunidade deseja que os jovens locais permaneçam no local, ao invés de migrar para as cidades, isso pode exigir uma melhoria na educação local e nas oportunidades de subsistência. Isso requer **previsão, planejamento dedicado e recursos**.

Em conexão com o desenvolvimento de planos de ação e processos de autofortalecimento de forma mais ampla, sua comunidade guardiã provavelmente se relacionará com outras partes - como outras comunidades, organizações aliadas e o governo - e **se comunicará de forma estratégica no que diz respeito ao nosso território de vida**. Isso pode acontecer em vários níveis - por exemplo, local, panorâmico, nacional e internacional - e por uma variedade de razões. As iniciativas de comunicação/divulgação são frequentemente planejadas para informar os outros sobre o território de vida e a ação da comunidade e os direitos e responsabilidades legais / costumeiras. Um objetivo comum é garantir que sua comunidade seja devidamente reconhecida, apoiada e respeitada, e outro é obter ajuda em atividades específicas, de acordo com o que a comunidade decidir.



... os muitos benefícios de uma boa comunicação: As iniciativas de comunicação geralmente trazem benefícios para a comunidade que vão além do óbvio. Por exemplo, por meio do desenvolvimento e compartilhamento de comunicações, a comunidade reforça sua consciência interna e transparência e, assim, melhora a governança. A comunicação também cria conexões com outras comunidades. Você pode inspirar outras comunidades e, da mesma forma, ouvir delas, descobrir semelhanças, aprender com elas e, finalmente, colaborar com elas (consulte **#Agir Com os Outros**). As abordagens de comunicação precisam ser estrategicamente projetadas e adaptadas ao seu contexto e necessidades específicos. Provavelmente existirão materiais e informações úteis dos elementos anteriores **#refletir, #documentar e #compreender**, mas seria possível gerar mais por meio de uma Equipe de Comunicação de uma comunidade dedicada, a qual seria especificamente especializada e ativa.



Planejar e agir: Perguntas para discussão na comunidade



As perguntas abaixo podem ajudar sua comunidade a esboçar uma **análise simples da situação** e identificar as **ações prioritárias** para avançar em direção à visão do futuro desejado para o território de vida e da comunidade guardiã.

- Refletir sobre os pontos fortes, desafios, ameaças e oportunidades enfrentados por nosso território de vida (ver **#Compreender**) e nosso papel como guardiões (ver **#Visão e Celebração**), o que precisa acontecer, ou mudar, para alcançar a visão positiva de nossa comunidade e nosso território de vida, agora e no futuro?
- Existe algo impedindo essa mudança? Se sim, o que podemos fazer para superar ou neutralizar esse impedimento?

– ... Quais são as nossas ações prioritárias?

- As possibilidades incluem:
 - Defender o território de vida contra ameaças específicas;
 - Aumentar o reconhecimento (por exemplo, reconhecimento legal) da posse de nossa comunidade ou outros direitos;
 - Aumentar o respeito pela nossa governança comunitária - externa e / ou internamente;
 - Restaurar ou proteger melhor os ecossistemas ou espécies em nosso território de vida;
 - Aumentar a capacidade de nosso território de apoiar nossas vidas comunitárias (por exemplo, fornecendo-nos água, recursos produtivos, proteção contra desastres);
 - Melhorar a conexão entre o nosso território e a comunidade;
 - Receber apoio concreto de regras locais da polícia, agências técnicas, sistema de justiça...
 - Obter melhor apoio socioeconômico, externa ou internamente, para fazer o que precisamos como guardiões.

Depois que sua comunidade tiver identificado uma ou mais prioridades sobre as quais irá agir, será possível iniciar o planejamento concreto. As perguntas da discussão incluirão:

– ... O Quê ?, Quem? e Quando? do plano de ação

- Para cada uma de nossas prioridades escolhidas, o que exatamente desejamos alcançar?
- **Quem** poderia se envolver?
 - O que podemos fazer por conta própria, como comunidade? Há alguma mudança importante necessária na maneira como vivemos, trabalhamos e nos organizamos?
 - Quem, em nossa comunidade, pode (ou poderia) fornecer liderança e inspiração?
 - Vemos alguma função específica para os mais velhos em nossa comunidade? Os jovens? As mulheres? Os homens? As crianças?



AGIR E COMUNICAR

- o Quem mais está (ou poderia estar) envolvido e comprometido?
- o O que podemos fazer junto com outras comunidades guardiãs e aliados locais?
- o Com quais parcerias ou alianças podemos contar ou quais parcerias ou alianças podemos buscar novamente? (Consulte também **#Agir Com os Outros**)
- **Quais** "ações prioritárias" específicas devemos tomar?
- Os elementos de **#comunicação** devem estar envolvidos em nossas ações prioritárias?
- **Quando** devemos agir? Se aplicável, devemos nos comunicar antes ("anunciar o que faremos") ou depois de nossa ação ("relatar o que fizemos")?
- **De que recursos humanos, financeiros e outros** precisamos?
 - o Temos recursos para implementar nossas ações prioritárias - incluindo conhecimento, habilidades, informações, tempo e qualquer tecnologia relevante (por exemplo, câmeras, GPS, veículos, equipamentos de comunicação...)?
 - o De que recursos técnicos, humanos e/ou financeiros complementares necessitamos?
 - o Como podemos obter esses recursos complementares - por exemplo, de outras comunidades, parceiros, doadores, etc.?
 - o Como devemos monitorar e relatar nosso progresso? (Consulte também **#Revisar e Renovar**).



Aqui você pode encontrar **ferramentas e métodos** que podem ser incluídos como parte dessas discussões comunitárias: brainstorming de grupo, mapeamento de problemas e soluções, técnicas de grupo nominal, exercícios de classificação e muito mais!



Veja como os outros fazem!

Os Wampis conseguem expulsar garimpeiros ilegais da Amazônia peruana...

No início de 2016, a destruição e contaminação causadas pela mineração ilegal de ouro em pequena escala - usando bombas motorizadas e mercúrio nos leitos dos rios - se tornou uma grande preocupação para muitos ao longo do Rio Santiago (Kanus) no Território Autônomo Integral do povo indígena Wampis na Amazônia setentrional do Peru. Em uma assembleia em uma das comunidades afetadas, Puerto Galilea, cerca de 100 participantes discutiram o problema e decidiram agir. Eles pediram formalmente aos líderes do então recentemente estabelecido governo autônomo da Nação Wampis para coordenar uma campanha para exigir o cumprimento da proibição dessa atividade perigosa.

A assembleia deu um ultimato aos garimpeiros:
eles tinham um mês para deixar o território dos Wampis.



AGIR E COMUNICAR

Durante aquele mês, novas assembleias foram realizadas para envolver outras comunidades além de Puerto Galilea e para tentar convencer aqueles que ainda apoiavam a extração de ouro. (Esses apoiadores se beneficiavam economicamente com a presença dos mineiros). Naquela época, uma comissão também foi formada e enviada a Lima para pressionar as autoridades responsáveis para agir. A comissão levou a petição diretamente aos destinatários e ampliou seu impacto ao denunciar a indiferença das autoridades por meio de entrevistas na mídia. Essa pressão pública foi complementada pelo anúncio de que os Wampis iriam “despejar pacificamente” os garimpeiros por conta própria se as autoridades estaduais não o fizessem.



O site do Governo Territorial Autônomo da Nação Wampis é um bom exemplo de comunicação online eficaz com informações básicas, atualizações de notícias e links para diferentes canais de mídia social (em espanhol): nacionwampis.com

Pouco antes do fim do ultimato, os mineiros abandonaram o principal local de extração, escondendo suas máquinas. Mesmo assim, a Nação Wampis mobilizou cerca de 200 homens que viajaram com um barco fretado de diferentes comunidades para uma inspeção do principal local de mineração ilegal. Eles estavam acompanhados pela polícia e por um procurador da República, que confirmou que as atividades de mineração eram ilegais. Alguns dos mineiros, no entanto, não desanimaram totalmente e voltaram posteriormente, pois não havia supervisão permanente do local e a força de defesa civil local permaneceu inativa.

O governo Wampis demorou aproximadamente mais um ano para resolver a situação. Ao longo do ano, eles continuaram a pressionar as autoridades estaduais, exigiram e obtiveram a intervenção da polícia, formaram uma comissão de vigilância com membros do município e da defesa civil, e até organizaram uma segunda expedição de despejo antes de finalmente ficarem satisfeitos com o que haviam conseguido. Em 2018, eles finalmente conseguiram encerrar toda a mineração ilegal de ouro ao longo do Rio Santiago e com sorte, isso seria um resultado permanente. Curiosamente, o sucesso da campanha parece se basear na persistência da nação Wampis. Eles continuaram se reunindo, planejando e agindo de maneira reiterada e nunca desistiram de seu objetivo final.



Photos: Jacob Balzani-Lööv



Queremos vida sana, no queremos contaminación ("Queremos uma vida saudável, não queremos contaminação"). A campanha dos Wampis contra a mineração ilegal de ouro é apresentada neste filme de 18 minutos (em espanhol; com legendas em português).



Comunique-se de forma estratégica: Perguntas para discussão na comunidade



Existem diferentes níveis nos quais uma comunidade talvez queira fazer a sua comunicação / divulgação:

- **Internamente** - por exemplo, certificar-se de que todos conheçam as regras e regulamentos do território; celebrar a relação da comunidade com o território; aumentar o cuidado e o compromisso com o território nas diversas gerações; aumentar a autoconsciência, transparência e responsabilização da comunidade;
- **Em todo o panorama local** - por exemplo, aumentando a conscientização sobre o território de vida, incluindo as regras e regulamentos; aumentando o respeito por parte das (e ajudando a articular com as) comunidades guardiãs de outros territórios de vida e outros atores; e
- **A nível nacional e / ou internacional e com redes de territórios de vida relevantes** - por exemplo, apoiando o reconhecimento e o suporte adequados ao território de vida e / ou territórios de vida em geral.

... Por Quê, Quem e O Quê?

- **Por que** queremos divulgar ou estabelecer comunicações em relação ao nosso território de vida?
- Quem são os **públicos** que desejamos atingir e quais são os nossos objetivos específicos para os nossos diversos públicos, ou seja, o que desejamos que eles compreendam e façam?
- Estamos prontos para passar **de informação para a comunicação real**, ou seja, para receber feedback e participar de conversas abertas?
- **Que informação específica ou “história”** desejamos compartilhar com cada público? (por exemplo, que cuidamos do nosso território e o protegemos? que enfrentamos ameaças? que podemos aproveitar as oportunidades junto com outras comunidades?)

... Como e Onde compartilhar uma informação ou história

- Realizar comunicações diretas em reuniões informais ou formais e/ou celebrações dentro de nossa comunidade e com as comunidades vizinhas;
- Organizar caminhadas dentro do território de vida com idosos e jovens, garantindo tempo suficiente para discutir as informações de maneira aprofundada;
- Criar e compartilhar programas de rádio, histórias em vídeo e fotos, teatro de rua ou vila, poemas ou canções sobre nosso território;
- Convidar jornalistas para fazer entrevistas ou escrever conteúdo para jornais, rádio, televisão ou nossas próprias publicações;
- Elaborar e distribuir folhetos, artigos, livros ou pôsteres;
- Pedir aos nossos professores que realizem discussões com os nossos filhos na escola sobre os temas em questão;



AGIR E COMUNICAR

- Fazer com que alguém da comunidade crie um website sobre nosso território de vida e organize um debate em grupo nas redes sociais mais comuns disponíveis em nossa comunidade;
- Convencer nossos jovens ativos nas redes sociais de que informações com relevância direta sobre o território de vida podem e devem ser compartilhadas em suas próprias redes - especialmente quando o território estiver sob ameaça ou quando for hora de comemorar uma conquista importante.

... e os riscos, oportunidades, capacidades e recursos

- Existem **riscos** envolvidos no compartilhamento de informações sobre o território de vida - por exemplo, exacerbar conflitos ou atrair atenção indesejada? Como isso pode ser evitado ou minimizado?
- Existem **oportunidades** no compartilhamento de informações sobre o território de vida - por exemplo, maior apoio e segurança para o território de vida e a comunidade guardiã? Como isso pode ser otimizado?
- Dentro da comunidade, **quem pode contribuir melhor com** os esforços de comunicação? Existem habilidades e recursos de comunicação específicos que poderíamos usar com eficácia (por exemplo, pessoas com habilidades teatrais, habilidades de escrita, uma ótima voz, experiência em mídia social)?
- Nossa comunidade deve estabelecer uma equipe ou comitê de comunicação específico?
- Há necessidade de suporte externo para nossas atividades de comunicação? Se sim, para quê?



Sua comunicação é **estratégica** quando a intenção é clara, os prós e contras foram amplamente discutidos e decisões significativas em relação à comunicação são tomadas e implementadas. Sua comunicação é efetiva quando atinge os resultados esperados.



Veja como os outros fazem!

Leia essas histórias sobre o uso de estações de rádio para fortalecer a ação na Amazônia peruana e no Senegal, e veja muitos exemplos de vídeos participativos!

A Tuntui Wampis aumenta a conscientização e fortalece a ação para território de vida de Wampis

A transmissão de programas de rádio nos idiomas locais pode ser uma ferramenta poderosa para compartilhar informações e inspirar ações em prol dos territórios de vida. "Tuntui Wampis" é uma estação de rádio local que atende ao governo territorial autônomo da Nação Wampis no Peru, uma instituição de autogoverno indígena criada em 2015. Uma das primeiras decisões do governo autônomo de Wampis foi estabelecer uma estação de rádio para servir ao seu povo. O nome se refere ao tambor Tuntui tradicionalmente usado para enviar mensagens à distância. Com transmissão nos idiomas wampis e espanhol, os programas de rádio reforçam o sentimento de orgulho e informam as comunidades Wampis, espalhadas por um grande território, sobre o processo de governança e as decisões tomadas durante as cúpulas Wampis. Os programas descrevem e exigem o respeito



às regras e regulamentos e informar os Wampis sobre como enfrentar suas ameaças contínuas. Dada a deficiente infraestrutura geral de comunicação no Território Wampis, um serviço crucial da estação de rádio é a transmissão de saudações entre parentes e amigos que vivem em comunidades distantes e o compartilhamento de notícias locais, nacionais e internacionais.

A Tuntui Wampis é dirigida por dois profissionais de comunicação Wampis que foram treinados na fronteira, no Equador, graças à aliança dos Wampis com a federação vizinha Shuar, que dirige uma estação de rádio há muitos anos. A compra da torre de transmissão e dos equipamentos foi possível graças ao apoio da ONG aliada IWGIA, e a orientação técnica foi fornecida pela agência de notícias indígena peruana SERVINDI. Após problemas iniciais devido à instabilidade no fornecimento de energia, o transmissor agora é alimentado por energia solar e chega a aldeias em um raio de cerca de 60 quilômetros. Desde 2019, a estação de rádio também conta com conexão de internet via satélite.

Tuntui Wampis é um trunfo fundamental para que os Wampis exerçam a sua autonomia de comunicação, atendendo à necessidade de informar a Nação Wampis sobre as atividades dos seus representantes, bem como proporcionando uma fonte de informação geral independente e culturalmente relevante. Atualmente, o objetivo do governo Wampis é fortalecer ainda mais a estação de rádio como um centro de mídia comunitário. Os jovens Wampis receberão treinamento em jornalismo e comunicação para poderem produzir seus próprios programas de rádio, além de vídeos, e para poderem divulgá-los nas redes sociais, o que é essencial para se manter conectado com estudantes e migrantes que deixaram o território.



Foto: @ Philipp Eyer



Foto: @ Philipp Eyer



Foto: @ Thomas Niederberger



Foto: @ Jacob Balzani-Lööv



A Rádio Tuntui Wampis é destacada no início deste filme sobre o governo autônomo da Nação Wampis (em espanhol): **El tiempo es Agua - Gobierno Autónomo Wampis – Perú**



Aumentando a conscientização e fortalecendo ações para territórios de vida por meio da rádio local em Kawawana

Um **programa de rádio local no idioma Djola local** também foi muito útil para Kawawana, mas, ao contrário do caso peruano, os pescadores Djola que dirigem Kawawana não têm uma rádio local à disposição e precisam arrecadar fundos para poder comprar tempo de rádio. De 2010 a 2020, os programas foram, portanto, esparsos e esporádicos... mas ainda extremamente eficazes. Os programas Kawawana geralmente duram uma hora e estão **abertos para que os ouvintes liguem e participem imediatamente "ao vivo" com seus comentários e perguntas**. Eles são dirigidos por pessoas com experiência na história do território de vida e nos diversos elementos do seu desenvolvimento, plano de manejo, estrutura de governança, atividades de fiscalização, infrações, retribuições por infrações, etc. As perguntas, respostas e explicações precisam ser muito concretas e específicas para que o programa faça sentido para o público local. No geral, de acordo com os guardiões de Kawawana, os programas de rádio aumentaram fortemente a visibilidade de Kawawana e encorajaram outras comunidades a imitá-los e estabelecer seus próprios territórios de vida.

Comunicação poderosa por meio de vídeo participativo

Narrativas participativas usando fotos e vídeos também são formas poderosas de comunicação. Por mais de uma década, o Consórcio TICCA promoveu histórias em vídeo e histórias em fotos sobre territórios de vida, e muitas podem ser encontradas em seu website. Clique no nome do país para ver exemplos específicos do **Nepal** e do vale **Tsum Valley; Irã; Níger**; República Democrática do Congo **(1)** e **(2)**; **Camboja; Índia; Filipinas; Burma/Myanmar; Equador; Indonésia; Senegal; Quênia**; Espanha **(1)** e **(2)**; **Bolívia; Chile**. Embora a abordagem desses vídeos varie, todos ajudaram na conscientização interna e na união na comunidade guardiã.

Você também pode ler aqui sobre uma aliança pan-africana que busca usar o vídeo participativo como uma ferramenta para compartilhar informações sobre seus territórios de vida.



AGIR COM OS OUTROS



Foto: © Bruno Manser Fund

AGIR COM OS OUTROS

Muitas comunidades guardiãs enfrentam desafios semelhantes. É provável que sua comunidade se beneficie ao compartilhar experiências e unir forças com outros. Nesse sentido, o **autofortalecimento, em última análise, envolve o fortalecimento mútuo entre colegas e aliados**, que geralmente começa com algum tipo de relacionamento em rede.

O "networking" ou relacionamento em redes feito nacionalmente (e às vezes internacionalmente) **e a organização para ação colaborativa** podem ajudar a criar uma **massa crítica de apoio** para territórios de vida, que por sua vez gera:

- consciência mútua e solidariedade, inclusive para enfrentar ameaças aos territórios de vida;
- meios aprimorados para agir (reunidos de várias fontes);
- melhor compreensão das questões e prioridades compartilhadas, inclusive para aproveitar as oportunidades e fazer uso eficaz dos recursos;
- maior visibilidade nacional e internacional dos amplos benefícios dos territórios de vida; e
- defesa eficaz das melhores políticas e práticas.

Esforços compartilhados geralmente começam com **interações e aprendizado** entre comunidades guardiãs vizinhas e seus aliados - por exemplo, visitas de campo, diálogos, workshops ou apoio para superar um problema.

Com o tempo, redes ou plataformas mais regulares ou mesmo formais podem evoluir e desenvolver **ações de apoio mútuo e esforços de defesa (de políticas e melhores práticas, por exemplo)**. Exemplos incluem:

- **análise e planejamento conjuntos** para identificar e lidar com questões e prioridades nacionais e internacionais;
- **campanhas de comunicação** para aumentar a visibilidade dos territórios de vida e buscar apoio para enfrentar ameaças específicas e outros objetivos de defesa e promoção;
- **processos de apoio por pares e revisão por pares**, incluindo aqueles necessários para registro TICCA nacional e internacional; e
- **campanhas de defesa/promoção para o reconhecimento e apoio apropriados**, incluindo para melhorar leis e políticas nacionais e/ou internacionais relevantes que afetem os territórios de vida.



Estabelecendo um relacionamento em rede para territórios de vida: Opções e perguntas para discussão na comunidade



Uma rede TICCA é uma rede de indivíduos, comunidades e organizações prontas para colaborar e fornecer uns aos outros aconselhamento e apoio de pares em **vários assuntos relativos aos territórios de vida** (por exemplo, práticas, políticas, tendências, ameaças, oportunidades, recursos...)

... algumas opções de redes incluem:

- **Grupo de trabalho** - Esta é uma rede informal na qual guardiões do território de vida, organizações aliadas e ativistas e especialistas individuais se reúnem periodicamente para compartilhar ideias e trabalhar em interesses comuns.
- **Coalizão ou plataforma** - Estas são redes mais formais dedicadas a um objetivo comum, abordando especialmente questões específicas e urgentes - por exemplo, uma coalizão contra uma ameaça iminente de grilagem de terras ou uma plataforma de apoio a uma política nacional específica.
- **Apoio de pares e rede de revisão entre territórios de vida** - Estes são mecanismos dedicados ao apoio mútuo e para garantir que as comunidades guardiãs reúnam contribuições significativas para registros nacionais ou internacionais de territórios de vida. A rede chega a um acordo sobre regras e processos para encaminhamentos de pedidos de registro que são apoiados e revisados por pares.
- **Associação ou federação** - São organizações formais, como uma associação ou federação que representa interesses comuns entre os guardiões dos territórios de vida. Mais do que outros, este modelo permite que uma rede receba e use recursos importantes. Ela também fornece uma representação confiável ao interagir com outras pessoas, como governos regionais ou nacionais.

Independentemente do tipo de rede, é importante que ela surja a partir de uma necessidade sentida entre as comunidades e que atenda a essa necessidade e a preocupações e prioridades comuns.

Se uma rede de territórios de vida ainda não existe em uma região ou país específico, uma maneira eficaz de começar seria organizar uma reunião **entre representantes de guardiões comunitários de territórios de vida**. A reunião cria uma oportunidade para que os guardiões ouçam as necessidades e ideias uns dos outros e estabeleçam alguns pontos comuns, muitas vezes com base em ameaças e oportunidades comuns reconhecidas. À medida que as comunidades guardiãs e seus parceiros identificam necessidades comuns e possíveis atividades conjuntas para atender a essas necessidades, eles podem decidir desenvolver alguma forma de colaboração contínua como uma rede.

... Perguntas para considerar o envolvimento em uma rede

- Existem necessidades, preocupações ou prioridades que podemos abordar melhor por meio de redes e organização conjunta com colegas e aliados?
- Nossa comunidade já se envolveu na busca por colegas e aliados? O que aprendemos no processo?
- Nossa comunidade tem recursos para relacionamento em redes e organização conjunta?



AGIR COM OS OUTROS

- Existem condições ou circunstâncias específicas que precisam ser implementadas para que nossa comunidade se envolva em uma rede ou atividade de organização conjunta?
- Nossa comunidade conhece aqueles colegas e aliados que estamos considerando para se juntarem a nós em um relacionamento em rede? Já compartilhamos informações, análises de situação e planejamentos anteriormente ou participamos de um evento com eles? Se não, devemos tentar antes de embarcar em algo que envolva um maior engajamento?
- Se decidirmos criar ou ingressar em uma rede, quem representaria nossa comunidade na rede e como esses representantes forneceriam feedback à comunidade?



Algumas redes são flexíveis e relativamente informais. Outras são formais e cuidadosamente projetadas para se adequar a um contexto específico ou tratar de um problema específico. Todas as redes devem ser capazes de beneficiar seus membros individualmente, mas muitas conseguem atingir objetivos mais amplos. As prioridades dos membros, seu contexto e seus recursos e capacidades podem ajudar a embasar a definição de qual abordagem de rede é mais apropriada.



Leia mais sobre as lições aprendidas nos relacionamentos em rede [aqui](#).

Estabelecendo relacionamentos em rede: Veja como os outros fazem!



Redes surgem e colaboram para enfrentar os desafios em Madagascar

Nas últimas duas décadas, uma dúzia de comunidades locais em Madagascar receberam prêmios internacionais por suas realizações notáveis na conservação da natureza, garantindo o bem-estar e atendendo às necessidades básicas de seus membros. A vontade e a perseverança desses pioneiros têm inspirado seus pares diante dos problemas que afligem o país na virada do milênio: grilagem, destruição de ecossistemas, tráfico ilegal e, principalmente, pesca industrial, a qual prejudicou gravemente a pesca artesanal.

Diante de tais desafios, centenas de organizações comunitárias têm feito "networking" (ou seja, o estabelecimento de relacionamentos em rede): eles se encontraram, discutiram as causas da degradação dos meios de subsistência humanos e da natureza e trocaram ideias e informações sobre melhores práticas para resolver seus problemas. Durante esse processo, e com a ajuda de algumas organizações de conservação e desenvolvimento com visão de futuro, eles formaram sindicatos, federações e grupos de apoio intercomunitários dedicados a construir uma massa crítica de influência política e ajudar a formular políticas que lhes dizem respeito. Isso inclui:

- **TAFO MIHAAVO – uma federação dedicada à promoção da governança comunitária da terra, água e recursos naturais.** O número de membros do TAFO MIHAAVO, que cresceu de 400 para 532 comunidades membros entre 2012 e 2019, atualmente abrange 22 regiões em Madagascar.



AGIR COM OS OUTROS

- **MIHARI – um sindicato dedicado à gestão local de áreas marinhas.** MIHARI atualmente inclui mais de 200 associações que administram Áreas Marinhais Gerenciadas Localmente (LMMA, na sigla em inglês), várias das quais também fazem parte de comunidades membros do TAFO MIHAAVO.
- **FANONGA – um grupo de trabalho que inclui especialistas individuais do meio acadêmico, governo e comunidades.** A FANONGA trabalha em estreita colaboração com o TAFO MIHAAVO em questões estratégicas, incluindo comunicação e legislação.

Essas redes incluem instituições comunitárias variadas. No entanto, todos os seus membros buscam a governança coletiva de fato e desejam cuidar de seus territórios de vida - com ou sem o governo dando-lhes permissão legal por meio de um contrato de "transferência de gestão".

Em Madagascar, a instituição **do fokonolona** é constituída pela população de um território de vida que se autodefiniu sócio-culturalmente ao longo dos séculos. Embora tenham evoluído ao longo do tempo, a maioria das fokonolona permanece enraizada nas linhagens familiares locais e nas regras que regulam a terra, a água e os recursos naturais em territórios coletivos. Os contratos sociais, **denominados dina, são estabelecidos pelas assembleias de fokonolona** e ainda possuem autoridade. O *dina* inclui regras, sanções e recompensas para práticas específicas. Sua eficácia é paralela à força do *fokonolona* que estabeleceu a *dina*, que pode ser enfraquecida pela pressão de políticos locais ou nacionais.

Os membros da federação TAFO MIHAAVO são de dois tipos principais: 1) informais mas legítimos *fokonolona*; e 2) organizações locais formais conhecidas pela sigla "VOI", às vezes agrupadas em sindicatos ou federações regionais. Os membros do MIHARI são grupos de pescadores e organizações nacionais e internacionais.

Territórios de vida que são governados e administrados por comunidades às vezes têm um status especial como "áreas comunitárias protegidas / conservadas". Eles podem abranger florestas, lagos, pastagens, bacias hidrográficas, manguezais, áreas marinhas ou propriedades culturais coletivas em territórios de vida, de acordo com uma legislação malgaxe chamada GELOSE (literalmente: legislação para garantir a gestão local). Às vezes, eles fazem parte de grandes áreas protegidas marinhas ou terrestres administradas pelo estado. Um contrato GELOSE típico transfere a autoridade de gestão para um VOI (organização comunitária formal) por um período de tempo relativamente curto e é acompanhado por mapas da terra e seus recursos. Um plano simples de



Foto: © MIHARI

Fórum Nacional MIHARI 2017



AGIR COM OS OUTROS

desenvolvimento e gestão geralmente define o que é permitido em cada zona: em uma área central, a entrada é permitida apenas para rituais; em outra zona, apenas os usos tradicionais são permitidos; em ainda outra área, só pode haver cultivo regulamentado ou pesca; etc. Às vezes, são definidas condições para a quantidade e um cronograma para a colheita de madeira ou peixe e o papel das diversas partes interessadas

A coerência ou contraste entre os planos de gestão e o *dina* desempenham um papel crucial para garantir a força e o respeito das regras. Por causa desse e de outros desafios, os pontos fortes, a eficácia e os resultados finais dos esforços para manter seu patrimônio natural comum variam consideravelmente entre as comunidades e dentro da mesma comunidade ao longo do tempo. Por exemplo, quanto mais um recurso natural é definido pelo governo como "estratégico", menos as comunidades que os governaram, administraram e conservaram de geração em geração são chamadas para continuar a exercer seu papel. Ao contrário, as decisões sobre esses recursos "estratégicos" são tomadas por um grupo de indivíduos "eleitos democraticamente" por alguns anos. Esse modo de governança um tanto paradoxal favorece a monopolização dos benefícios da riqueza do país por poucos indivíduos, grupos ou empresas cujo objetivo é maximizar os lucros no menor tempo possível.

O trabalho em rede permite manter uma consulta dinâmica entre as comunidades de primeira linha e diretamente afetadas, contrapondo-se à injustiça e à indiferença das autoridades políticas e dos órgãos judiciais. Especificamente, o grande número de membros nas redes lhes permite desenvolver uma considerável "força cidadã" para a defesa de direitos e responsabilidades coletivas das comunidades guardiãs.

Tanto a governança coletiva de um território de vida para o bem comum preconizada pelo TAFO MIHAAVO, quanto a gestão local promovida pelo MIHARI para os recursos marinhos e por outras federações para os recursos terrestres, nutrem e complementam uma à outra. Com base na Constituição malgaxe, TAFO MIHAAVO propôs emendas à legislação relativa ao *fokonolona* tanto para a Assembleia Legislativa Nacional quanto para o governo executivo. Além disso, TAFO MIHAAVO e MIHARI realizaram debates e propuseram soluções para as políticas setoriais que omitem qualquer consideração sobre ecologia, equidade e bem-estar das pessoas. Os exemplos incluem debates sobre florestas, pesca, planejamento do uso da terra, mineração, descentralização, áreas protegidas e direitos coletivos da terra.



Um representante de LMMA compartilhando ideias



As redes estão tendo alguns impactos diretos e positivos para seus membros. Por exemplo, elas ajudaram a garantir a rescisão de um questionável acordo de pesca assinado pelo governo com parceiros predadores. Além disso, com o apoio das redes, várias comunidades se manifestaram contra a concessão de licenças para mineração ou para o agronegócio em seus territórios em várias partes de Madagascar. Isso, no entanto, muitas vezes tem um alto custo para seus líderes, muitos dos quais foram colocados na prisão e alguns dos quais também foram assassinados. Irritados com os protestos populares, o governo e as empresas que dirigem as indústrias extractivas foram forçados a desacelerar seu progresso. mas as lutas continuam.

As redes têm uma necessidade crítica de recursos, para que sejam iniciadas e mantidas, incluindo:

- despesas de organização, viagens e subsistência para reuniões (incluindo antes dos eventos, para informar a comunidade e para discussões preparatórias);
- suporte técnico durante as reuniões para explicar a legislação e as políticas relevantes e ilustrar os fenômenos que impactam as comunidades;
- suporte técnico durante as reuniões para facilitar as discussões e resoluções de maneiras justas e não diretivas;
- apoio para manter a comunicação e o interesse da comunidade no estabelecimento de relacionamentos em rede ("networking") ao longo do tempo;
- Suporte técnico e outros tipos de apoio para organizar o acompanhamento e, em particular, as iniciativas de defesa de direitos.

No início, as comunidades individuais, que fortaleciam seu papel como guardiãs de seus territórios de vida, eram apoiadas por projetos e programas de conservação e desenvolvimento. Para a criação do TAFO MIHAAVO, o apoio ao estabelecimento da rede foi fornecido pelo GEF SGP do PNUD e pela Fundação nacional Tany Meva. Para o MIHARI, os recursos eram em grande parte administrados pela Blue Ventures, uma organização internacional dedicada à conservação marinha. A visão de longo prazo desses agentes apoiadores - para alimentar uma força de defesa de direitos para o envolvimento da comunidade na conservação - parece muito avançada hoje. No entanto, mesmo que o apoio externo tenha sido essencial para gerar relacionamentos em rede para os territórios de vida em Madagascar, nenhum apoio externo teria funcionado se não houvesse energia nacional e compromisso por parte das comunidades guardiãs e organizações não governamentais nacionais e especialistas.

Hoje, o TAFO MIHAAVO e o MIHARI têm seu próprio sistema de gestão, enfrentam questões de autonomia operacional e representação das vozes de comunidades dispersas em grandes áreas e lutam com limitações de infraestrutura e tecnologia de comunicação. Algumas vezes surgem visões divergentes sobre a natureza e o papel das instituições locais, nacionais e internacionais. Mas as redes comunitárias agora têm força interna e interesse em colaborar em um movimento conjunto de defesa de direitos E a FANONGA está lá para os ajudar. No final de 2019, com o incentivo e apoio do Consórcio TICCA, representantes do TAFO MIHAAVO, MIHARI e FANONGA se reuniram, discutiram seus objetivos de política e elaboraram um esboço de documento conjunto para analisar a situação do país e definir sua visão comum. Embora seus ganhos continuem a ser precários e vulneráveis, o fato de suas redes existirem e serem ativas é uma enorme fonte de esperança para Madagascar.

Que lições podem ser tiradas para outros movimentos nacionais por territórios de vida? Uma lição é que o **apoio oportunista para redes comunitárias**, proveniente de parceiros e aliados nacionais e internacionais, pode exercer um papel crucial na promoção e sustentação do desenvolvimento de organizações de rede eficazes.



Outra lição é que o desenvolvimento de redes coloca luz sobre **questões desafiadoras**. Por exemplo, quem devem ser seus "membros"? (Em Madagascar: os VOIs legalmente reconhecidos devem ser membros ou *fokonolonas* legítimos?) Como as organizações legítimas *sui generis* podem ser justamente "representadas"? Em que condições uma rede poderia falar por seus membros? Quem poderia auxiliar a rede com apoio técnico e financeiro? Como sua independência poderia ser assegurada? É importante ressaltar, no entanto, que há também uma terceira lição: **apenas a forte colaboração entre uma variedade de redes, organizações e aliados na sociedade pode gerar a "massa crítica para a defesa de direitos"**, que é necessária para que os territórios de vida finalmente se tornem totalmente visíveis e respeitados.

Elaborado por Vololoniaina Rasoarimanana, com contribuições de Vatosoa Rakotondrazafy (MIHARI), Louis de Gonzague Razafindramanandraibe, Mihanta Tsiorisoa Bakoliarimisa, Jean Claude Rasamoelina (TAFO MIHAAVO) e Grazia Borrini-Feyerabend.

Registrando Territórios de Vida: Perguntas para discussão na comunidade



As comunidades guardiãs que desejam tornar seus territórios de vida mais visíveis nacional ou internacionalmente podem optar por "registrar-los". Registrar significa adicionar informações determinadas pela comunidade (consulte **#Documentar**) a uma plataforma online nacional ou internacional.

O Centro de Monitoramento de Conservação da UNEP (**UNEP-WCMC**, na sigla em inglês) hospeda um **Registro Internacional de TICCA**. A participação neste registro requer apoio e revisão de grupos de pares, geralmente de uma rede TICCA nacional. As comunidades também podem inserir informações sobre seus territórios de vida em outros registros do UNEP-WCMC, como o **Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA, na sigla em inglês)**, bem como outras plataformas nacionais e internacionais.

O registro de um território de vida só deve ser feito com o consentimento **livre, prévio e informado** da comunidade guardiã. No Registro TICCA, a comunidade pode determinar quais informações, se houver, estão disponíveis publicamente no site.

Considerando o registro internacional? Talvez seja útil discutir as questões a seguir:

- Nosso território de vida e comunidade se beneficiariam de **maior reconhecimento dos valores locais e globais do local**, por exemplo, para conservação, meios de subsistência, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e outros valores? (Considere que o processo de registro também pode beneficiar o país, que pode ser capaz de “contabilizar” o território de vida para as metas globais de biodiversidade.)
- A comunidade guardiã se beneficiaria por ser **melhor reconhecida** em seu papel de governar e administrar um território de vida?



AGIR COM OS OUTROS

- O território de vida e seus sistemas de governança e gestão se beneficiariam por serem **melhor documentados**, visto que isso seria provavelmente necessário para o processo de registro? (Consulte também **#Documentar**)
- O processo de registro teria uma influência positiva sobre a comunidade, por exemplo, ao reativar conhecimentos e habilidades de conservação e ao promover **solidariedade interna** e senso de identidade comum?
- O registro facilitaria **relacionamentos com uma rede de TICCA**, permitindo que as comunidades guardiãs aprendessem umas com as outras em processos de revisão e apoio de pares?
- Existem **riscos** provenientes do aumento da visibilidade que pode surgir após o reconhecimento, como atenção indesejada ou pessoas de fora vindo para tirar proveito dos recursos naturais?
- O processo de registro pode gerar conflitos com as comunidades vizinhas, o governo ou outras partes interessadas (por exemplo, empreendedores privados, ONGs, militares etc.)?
- À luz dos benefícios e riscos discutidos, o registro deve ser buscado para o nosso território de vida?
- Se a resposta for sim, seria mais adequado buscá-la no **WDPA**, no **Registro TICCA**, e/ou em outra plataforma em nível nacional ou internacional?
- Seria melhor **tornar os registros visíveis** ao público, ou **mantê-los privados**?



É importante ressaltar que o WCMC não exige que as comunidades guardiãs sejam aprovadas por seus respectivos governos antes de enviar informações para seus registros. Ele enfatiza, no entanto, que o envio de informações é mais confiável quando um processo de **apoio e revisão por pares** ocorreu antes do envio.



Você pode ler mais sobre o Registro TICCA do UNEP-WCMC aqui. A ferramenta Template e Mapeo introduzida anteriormente pode ajudar na preparação para o registro internacional. Verifique também a página "significados e recursos" nas opções de registro, incluindo possíveis benefícios e riscos: toolbox.iccaconsortium.org/resources/act-with-others/

Revisão por pares: Veja como outros fazem!



Nenhum método uniforme pode ser aplicado para processos de apoio e revisão por pares. As redes nacionais de TICCA e as organizações facilitadoras devem se adaptar e experimentar o que funciona melhor para elas. Existem experiências relevantes, entre outras, nas Filipinas, **Ecuador**, Colômbia, **Indonésia** e **China**. Veja abaixo mais informações sobre processos de suporte de pares e revisão por pares no Irã e na Espanha.



O processo de revisão por pares e apoio de pares no Irã

Um processo de quatro etapas foi delineado pelo **UNINOMAD**, que é a União das Tribos Nômades Indígenas do Irã, em colaboração com o **Cenesta**, que é o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.

- Na **primeira etapa**, as próprias comunidades realizam **três avaliações**:
 - 1) **uma avaliação territorial**, envolvendo o mapeamento participativo de nosso território de vida;
 - 2) **uma avaliação ecológica**, envolvendo a adição de ativos ecológicos aos mapas, tendências ecológicas atuais e todos os conhecimentos indígenas que considerem relevantes; e
 - 3) **uma avaliação de governança**, envolvendo a identificação da instituição de governança costumeira e - se necessário - medidas para fortalecê-la.
- Na **segunda etapa**, se os resultados das três avaliações revelarem que a área pode ser considerada um TICCA — território de vida, então a comunidade toma uma decisão **livre, prévia e informada** para **auto-reconhecê-lo** como tal; então **envia sua documentação** do território de vida **para a UNINOMAD** para eventuais comentários e perguntas.
- Na **terceira etapa**, quando todos os comentários e questões são resolvidos, a **UNINOMAD encaminha** a documentação e eventuais informações adicionais **ao Registro Nacional de TICCA no Irã**, que é mantido pela Cenesta.
- Na **quarta e última etapa**, o **Cenesta prepara a documentação** para inclusão no **Registro TICCA internacional e/ou WDPA**. Nesse momento, as informações também são enviadas aos órgãos governamentais competentes, para sua informação e inclusão em relatórios de acordos internacionais.



Uma visita do Cenesta para apoiar a primeira etapa do processo de revisão e suporte de pares.



O processo de revisão e apoio de pares na Espanha

Em 2015, a Iniciativa Comunales elaborou o primeiro "Protocolo para a revisão por pares das candidaturas ao Registro de TICCA na Espanha". A **Iniciativa Comunales** é uma associação de comunidades locais que governam coletivamente os recursos naturais, representando milhares de membros de comunidades na Espanha. Outros membros incluem organizações de apoio e indivíduos interessados. Em 2017, as duas primeiras comunidades foram registradas no **Registro TICCA** e, em 2020, seis processos de registro foram concluídos e alguns mais iniciados. A versão atual do protocolo foi aprovada em 2019 ([download em espanhol](#)).

Desde o início, houve um forte consenso entre as comunidades sobre a necessidade de garantir a qualidade do registro. Para evitar os "falsos positivos", era fundamental que o processo garantisse que os territórios registrados possuíssem as três características de "territórios de vida": 1) forte vínculo entre uma comunidade e o território; 2) uma instituição de governança que funcione bem e 3) conservação da natureza resultante e contribuições para a subsistência e o bem-estar.



Foto: © Iniciativa Comunales

Uma "vigia" de uma comunidade de caçadores de conchas fazendo sua ronda diária de guarda na costa da Galiza

Por que ele é necessário?

Para entender melhor as preocupações das comunidades sobre a qualidade do Registro, é importante mencionar que na Espanha existem muitas áreas governadas por comunidades (por exemplo, "áreas comuns"); no entanto, em alguns casos, a governança comunitária eficaz é quase inexistente devido à erosão cultural, emigração e envelhecimento da população. Algumas dessas comunidades assinam acordos por meio dos quais atores externos (geralmente empresas) administram os recursos naturais da área de acordo com seus próprios critérios de mercado por um período de anos. Isso tem sérios impactos sobre a governança local, objetivos de conservação e outros usos sociais e de subsistência do território. Por exemplo, sob esses acordos, grandes áreas comuns são normalmente plantadas com monoculturas de eucalipto, uma espécie exótica invasora - para extração de madeira em uma base econômica de curto prazo. Consequentemente, as comunidades perdem suas práticas diárias de governança, e sua atitude muda de uma relação complexa e culturalmente rica com o território, para uma de mera busca por receita.

Se o Registro incluísse esses casos como territórios de vida legítimos, ele incorporaria "falsos positivos" e diminuiria tanto o valor do Registro quanto a capacidade das comunidades registradas de usá-lo como uma ferramenta de



defesa de direitos. Por esta razão, as comunidades concordaram em receber comentários externos anônimos e perguntas de membros de duas outras comunidades para um “relatório de revisão”. Esses relatórios são sigilosos e, a nossa experiência é de que críticas construtivas de colegas podem ser um forte motivador para o fortalecimento interno dos processos da comunidade.

Como funciona?

As comunidades candidatas concordam em passar por um processo participativo de revisão e apoio de pares, com base em:

- As informações fornecidas pelas comunidades candidatas nos formulários oficiais do UNEP-WCMC (a entidade gestora do Registro de TICCA) e da Iniciativa Comunales (a organização facilitadora).
- Os relatórios de revisão por pares de dois cidadãos anônimos de outras comunidades.
- Qualquer outra informação relevante fornecida pela comunidade candidata ou outras.

Este processo é facilitado pela Iniciativa Comunales. Uma vez concluídos os relatórios de informação e revisão, o Comitê Gestor da Iniciativa Comunales apresenta um parecer fundamentado sobre as candidaturas para a assembleia geral da associação. A decisão final deve então ser tomada por todos os membros coletivamente (pelas regras da associação, votos de membros não comunitários, incluindo indivíduos, OSCs, centros de pesquisa, etc., não podem exceder 40% do total).

O protocolo orienta esse processo; e conforme a necessidade surge, o protocolo é revisado. As alterações propostas são debatidas regularmente, para serem aprovadas pela assembleia. O protocolo também prevê uma revisão por pares de todos os TICCA registrados a cada cinco anos.

Lições aprendidas

- Muitas comunidades, incluindo candidatos óbvios, não veem o Registro como uma oportunidade interessante, pois "apenas" oferece o reconhecimento. É necessário algo mais.
- Um processo transparente de revisão por pares é desafiador; precisa de um forte compromisso dos membros da Rede TICCA (que existe para a Espanha), ou um grande orçamento (que não existe para a Espanha); em todos os casos, é preciso muito tempo e pessoas experientes e responsáveis. As referências anteriores são escassas e é difícil encontrar um equilíbrio entre “manter a simplicidade” e desenvolver um sistema confiável que leve em consideração as necessidades de todos os envolvidos e evite o esgotamento coletivo. Estamos preocupados com isso e estamos explorando novas abordagens para melhorar a resiliência do processo.
- Existem sérias limitações de um “sistema de medalhas” que se concentra apenas nos exemplos mais emblemáticos de territórios de vida. Isso pode ter o resultado perverso de promover o elitismo. Uma resposta binária do tipo “sim ou não” à pergunta “este é um território de vida?” exclui a maioria dos casos, com base em uma imagem estática em um determinado momento, ignorando esforços, processos ou tendências atuais.
- Um registro baseado nessa abordagem tem uma capacidade limitada de transformação. É necessária uma abordagem nova e integradora para fornecer reconhecimento e apoio adequados a qualquer comunidade que busque inclusão no Registro - independentemente de sua qualificação atual como TICCA ou não. Estamos trabalhando nessa abordagem agora, que chamamos de Vivero (“viveiro de plantas” em espanhol, veja a figura a seguir).



AGIR COM OS OUTROS

- Deve haver um mecanismo para integrar discordâncias de forma construtiva. Boa vontade e “jogo limpo” não devem ser considerados como algo líquido e certo. Devemos antes aproveitar ao máximo a discordância construtiva, mas prevenir e contrariar posições e ações destrutivas.
- Deve haver um sistema de governança claramente definido, incluindo um conselho confiável para resolver disputas e tomar decisões finais, e uma política para evitar conflito de interesses. Para limitar a concentração de poder, esse conselho deve ser responsável por prestar contas perante uma ampla representação das comunidades que são possíveis candidatas ao registro. As suas decisões devem ser passíveis de “recurso” e a sua composição sujeita a “contestação”.
- Todos os participantes devem concordar explicitamente em cumprir as regras comuns estabelecidas.
- Deve-se prestar atenção nos desequilíbrios nas características geográficas e setoriais dos candidatos ao Registro, pois eles podem levar a distorções no poder de representação: se certas regiões ou setores (por exemplo, silvicultura, irrigação, pesca) dominam a visão sobre o que território de vida é e deve ser, outros podem ser excluídos. Inicialmente, não conseguimos prever isso, mas estamos aprendendo a melhorar.

Etapas anteriores

- i: Divulgação de documentos
- ii: Coleta de informações sobre possíveis territórios de vida TICCA e outras comunidades interessadas
- iii: Primeiro contato com os territórios de vida TICCA possivelmente interessados no Registo ou no “Vivero dos territórios de vida TICCA”.

1

Preparação e apresentação de candidaturas

- 1.a: Endosso do possível território de vida TICCA
- 1.b: Autoavaliação do possível território de vida TICCA
- 1.c: Processo de facilitação e preenchimento da documentação do Registro

2

Revisão da candidatura por pares

- 2.a: Revisão por pares
- 2.b: Mesa redonda de facilitadores

3

Avaliação e decisão final

- 3.a: Facilitando a organização da proposta de decisão
- 3.b: Revisão da proposta de decisão da organização facilitadora pelos TICCA registrados
- 3.c: Apresentação da proposta de decisão final do Comitê Diretivo da Iniciativa Comunales à Assembleia

Registrado no TICCA

Vivero dos territórios de vida TICCA

Revisão crítica do processo



Reflexões sobre a abordagem futura do Registro TICCA

Estamos trabalhando para construir um processo construtivo e coletivo de apoio a todas as comunidades que desejam fortalecer as três características fundamentais de seus territórios de vida, independentemente de quão forte cada uma delas seja em um determinado momento, ou se tenham ou não interesse no Registro. Nesse processo de apoio, o Registro não deve ser uma meta de curto prazo, mas uma das muitas ferramentas para melhorar as características do TICCA de um determinado território como parte de uma abordagem de longo prazo.

Para articular este processo, propomos o “*Vivero de TICCA*”: ao invés de uma “decisão do tipo sim ou não” (ou você merece reconhecimento ou é descartado), atenção seria dada a uma escala progressiva de limites para desafios e conquistas em cada uma das três características e os processos e tendências que uma comunidade está promovendo. Esta também seria uma oportunidade para as comunidades de TICCA já registradas compartilharem suas experiências e ajudarem outras a melhorar os sistemas de governança, estratégias de conservação e outros aspectos, enquanto continuam a aprender e fortalecer seus próprios territórios de vida - no verdadeiro sentido de “apoio de pares”.

Elaborado pela Iniciativa Comunales; para mais informações, envie um email para: hola@icomunales.org



REVISAR E RENOVAR



Foto: © Grazia Bonini-Feyerabend

REVISAR E RENOVAR

O autofortalecimento é um processo contínuo de aprendizagem e ação. Os territórios de vida são dinâmicos - assim como as comunidades guardiãs que cuidam deles e os contextos mais amplos em que existem. A mudança nas paisagens e circunstâncias pode trazer novas oportunidades e desafios ao longo do tempo. Em vista disso, ao invés de um exercício único, o processo descrito neste guia pode ser visto como um conjunto de abordagens e compromissos que permitem o aprendizado e o crescimento contínuos.

A natureza e os processos desse aprendizado contínuo são determinados pela sua comunidade guardiã. O monitoramento apropriado, ou revisão periódica, pode permitir a reflexão sobre a "saúde" de nosso território de vida e renovar os esforços de sua comunidade para cuidar dele e fortalecer-lo.

Lidando com mudanças na resiliência e segurança ao longo do tempo: Perguntas para discussão na comunidade



Os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades para a resiliência e segurança (consulte **#Compreender**) provavelmente mudarão com o tempo. Para ajudar a acompanhar essas mudanças, vale a pena identificar indicadores apropriados e monitorá-los ao longo do tempo. Por exemplo, como parte de suas discussões comunitárias, sua comunidade pode desejar identificar pelo menos um indicador significativo para cada um dos cinco principais "pilares" de um território de vida seguro e resiliente (consulte **#Ferramenta de resiliência e segurança**). Esses pilares são:

- a integridade e força da comunidade guardiã;
- a conexão entre a comunidade e nosso território de vida ;
- o funcionamento da instituição de governança;
- o estado de conservação do território; e
- os meios de subsistência e bem-estar da comunidade.



Para cada um, você pode perguntar:

- Qual fenômeno, propriedade ou valor **poderíamos medir ou avaliar** para verificar se este "pilar" está mudando para melhor (ou para pior)?
- Como podemos medir ou avaliar isso, na prática?
- Quem poderia fazer isso? Alguém está disposto a acompanhar as mudanças? O que outras pessoas podem fazer para ajudar?
- Após quanto tempo devemos nos reunir novamente para discutir as mudanças?



Você pode baixar aqui exemplos de indicadores de resiliência e segurança de territórios de vida, que foram desenvolvidos para uso por comunidades guardiãs específicas. Cada comunidade deve desenvolver seus próprios indicadores, refletindo suas próprias circunstâncias: **Exemplo de indicadores do TICCA - resiliência e segurança**.

Revisando o impacto das ações de fortalecimento: Perguntas para discussão na comunidade



Existem muitas abordagens para monitoramento e avaliação. Em um processo de autofortalecimento, esses exercícios devem ser baseados na comunidade e participativos, envolvendo uma diversidade de atores da comunidade guardiã. É importante ressaltar que eles devem ser planejados antes de atividades específicas. Algumas perguntas úteis para discussão comunitária incluem:

- Nossa comunidade está disposta a monitorar as mudanças enquanto age?
- **Quem está disposto a participar** no monitoramento e avaliação? Existe um grupo comunitário disposto a assumir a responsabilidade por isso?
- Existem **recursos** dedicados (tempo, suporte financeiro, treinamento, etc.) disponíveis? Se não, quem pode ajudar? Por que eles ajudariam nossa comunidade?
- Quem **compilará** os resultados do monitoramento?
- Quem irá **discutir e interpretar** os resultados do monitoramento, avaliá-los e **propor revisões** das iniciativas relevantes? Toda a comunidade deve ser envolvida? Outras pessoas, fora da comunidade, devem ser informadas e envolvidas na interpretação e no acompanhamento?
- Como as lições serão compiladas e preservadas para futura consulta e uso?

O monitoramento e a avaliação são importantes para garantir que as atividades específicas destinadas a fortalecer o território de vida tenham os resultados desejados. Ajuda o fato que a comunidade guardiã pode ajustar seus planos e abordagens conforme necessário ao longo do tempo. A equipe de facilitação pode ajudar a comunidade com perguntas como:



REVISAR E RENOVAR

- Estamos **implementando** as atividades acordadas dentro da comunidade e/ou com terceiros para avançar em direção à nossa visão para o nosso território de vida?
- Estamos obtendo os **resultados e impactos desejados**?
- Em particular, vemos alguma mudança relacionada nos indicadores que identificamos para cada um dos cinco “pilares” para o nosso território de vida?
- Existem lacunas de informação remanescentes ou novos desafios?
- Qual **ação adicional ou corrigida** precisamos tomar para resolver essas lacunas e desafios?
- e algum elemento do nosso processo de autofortalecimento que devemos examinar novamente, agora ou no futuro?

O fim é apenas um novo começo



Leia como tudo começou: a experiência inovadora do território de vida **Kawawana** inspirou o desenvolvimento deste Guia.